

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

TARCIANA MARIA SILVA AMARAL

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: possíveis impactos da Sudene no Vale
do Rio Doce – Minas Gerais

GOVERNADOR VALADARES

2023

Tarciana Maria Silva Amaral

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: possíveis impactos da Sudene no Vale
do Rio Doce – Minas Gerais

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Me. Rafael Breda Justo

Governador Valadares

2023

Ficha Catalográfica

AMARAL, Tarciana Maria Silva

Política de Desenvolvimento Regional: possíveis impactos da Sudene no Vale do Rio Doce – Minas Gerais / Tarciana Maria Silva Amaral. Governador Valadares: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.: 94

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Me. Rafael Breda Justo

Tarciana Maria Silva Amaral

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: possíveis impactos da Sudene no Vale
do Rio Doce – Minas Gerais

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em

Prof. Me. Rafael Breda Justo
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra Ednalva Felix das Neves
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Pedro Rozales Rodero Dominczak

Dedico este trabalho a todos aqueles que me acompanharam e apoiaram ao longo desta desafiadora jornada.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando e me incentivando para que eu não desistisse durante esses longos e difíceis anos, em especial a minha mãe, Sebastiana Guilhermina, meu pai, Tarciso Amaral, minhas irmãs Thaís, Tatiana e irmão Talles e meu amado noivo Victor Dell'Orto, por todo o seu apoio, carinho e paciência. Confesso que não foi fácil chegar até aqui, passando por uma desafiadora pandemia e tendo perdido tantas pessoas queridas, além de toda a dedicação que exige de um curso tão importante como este.

Aos meus amigos e colegas de estudo, que compartilharam comigo os momentos de dificuldades, angústia e dúvidas, mas que foram fundamentais para o meu despertar, através das trocas de ideias, discussões estimulantes e amizade sincera, em especial a minha querida amiga Elisa Costa.

Aos professores e professoras que ao longo desse caminho me deram a oportunidade de aprender com eles, ao meu orientador e também a instituição FLACSO, FPA e a todas as pessoas que participaram deste estudo, fornecendo seu tempo e conhecimento.

Por fim, dedico este trabalho a todos e todas aqueles que acreditam no poder transformados do conhecimento. Espero que essa dissertação possa contribuir, de alguma forma, para a discussão sobre o desenvolvimento da nossa região do Vale do Rio Doce e especial para melhorar a vida do nosso povo.

“Acredito no ser humano como potencial criativo, e
que o próximo século vai trazer coisas
extraordinárias e grandes transformações, mas
também grandes desafios e esses desafios cabem a
nós enfrentar”.

(FURTADO, Celso, 1997)

RESUMO

AMARAL, Tarciana Maria Silva. **Política Pública de Desenvolvimento**: possíveis impactos da Sudene no Vale do Rio Doce – Minas Gerais. 2023. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Governador Valadares, Minas Gerais, 2023.

Ao longo da história do Brasil, o Estado passou a exercer um papel cada vez mais fundamental e estratégico no processo de desenvolvimento econômico e social do país, colaborando decisivamente para o impulsionamento de diversos setores econômicos e o desenvolvimento das regiões. Em 1959, no Governo do Presidente Juscelino Kubistchek, houve a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de pensar em soluções para amenizar a grave crise social, econômica e climática que assolava a região Nordeste e alguns municípios de Minas Gerais. A constituição desse grupo posteriormente culminou na proposta de criação de uma autarquia federal, tanto financeira quanto administrativamente, nominada como Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Após a sua criação, são aprovadas outras iniciativas legislativas com o objetivo de ampliar a sua área de atuação, incluindo novos municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a justificativa de que essas regiões possuíam características semelhantes às regiões subdesenvolvidas do Nordeste e que também vinham sofrendo com a seca, o desemprego, a fome, falta de oportunidades e o êxodo populacional. Uma dessas proposições resultou na inclusão, em 2021, da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Essa pesquisa busca investigar, através de pesquisas bibliográficas e dados fornecidos por órgãos oficiais de governo e diversas instituições, os possíveis impactos da SUDENE na Região do Vale do Rio Doce, levantando elementos que possam contribuir com a tomada de decisão de gestores, empresários e políticos dessa região e apontando às potencialidade da região e de fazer parte da Sudene, mas também apontar alguns desafios que precisam ser superados com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dessa região.

Palavras-chave: 1. Política Pública. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Sudene. 4. Vale do Rio Doce.

ABSTRACT

AMARAL, Tarciana Maria Silva. **Política Pública de Desenvolvimento: possíveis impactos da Sudene no Vale do Rio Doce – Minas Gerais. 2023.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Governador Valadares, Minas Gerais, 2023.

Throughout Brazil's history, the State has played an increasingly fundamental and strategic role in the country's economic and social development process, contributing decisively to boosting various economic sectors and the development of regions. In 1959, during the Government of President Juscelino Kubistchek, a working group was created with the objective of thinking of solutions to alleviate the serious social, economic and climatic crisis that devastated the Northeastern region and some municipalities of Minas Gerais. The constitution of this group later culminated in the proposal to create a federal autarchy, both financially and administratively, named as Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. After its creation, other legislative initiatives were approved with the aim of expanding its area of operation, including new municipalities in the states of Minas Gerais and Espírito Santo, with the justification that these regions had characteristics similar to the underdeveloped regions of the Northeast and that they had also been suffering from drought, unemployment, hunger, lack of opportunities and population exodus. One of these propositions resulted in the inclusion, in 2021, of the Vale do Rio Doce region, in Minas Gerais. This research seeks to investigate, through bibliographic research and data provided by official government agencies and various institutions, the possible impacts of SUDENE in the Vale do Rio Doce Region, raising elements that may contribute to the decision-making of managers, businessmen and politicians in this region and pointing to the potential of the region and of being part of Sudene, but also to point out some challenges that need to be overcome in order to contribute to the development of this region.

Keywords: 1. Public Policy. 2. Regional Development. 3. Sudene. 4. Rio Doce Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão do Estado de Minas Gerais em grandes regiões.....	24
Figura 2 - Divisão territorial do Estado de Mina Gerais em Mesorregiões.....	54
Figura 3 - Mapa das Regiões Geográficas Intermediárias em Minas Gerais e seus municípios- polo.	55
Figura 4 - Mapa da divisão territorial da macrorregião e microrregião do Rio Doce (RGint de Governador Valadares).....	56
Figura 5 - Mapa com as principais atividades econômicas de parte da região intermediária (macrorregião) de Governador Valadares	58
Figura 6 - Mapa do percurso e do tempo de viagem de Governador Valadares a capital mineira.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Panorama do IBGE – Municípios do Vale do Rio Doce.....	60
Tabela 2 - Panorama do IBGE – Municípios do Ceará.....	61
Tabela 3 - Panorama do IBGE – Municípios do Piauí.....	61
Tabela 4 - Principais setores econômicos da RInt de Governador Valadares.....	58

ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
APUs	Áreas de Ponderação de Unidade
ARDOCE	Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Doce
ASSOLESTE	Associação dos Municípios da Microrregião do Leste de Minas
BNB	Banco de Desenvolvimento do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBH DOCE	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASP	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
DNOCS	Departamento Nacional Contra as Secas
EFG	Estrada de Ferro Goiás
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FLACSO	Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FPA	Fundação Perseu Abramo
GTDE	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LOA	Lei Orçamentária Anual
OGU	Orçamento Geral da União
PLP	Projeto de Lei Complementar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
RGInt	Região Geográfica Intermediária
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
VRD	Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	17
2.1	Breve histórico do desenvolvimento econômico nas regiões do Brasil.....	17
2.2	Processo de ocupação e desenvolvimento no estado de Minas Gerais.....	22
3.	SUDENE, INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	34
3.1	Desenvolvimento regional: surgimento e conceitos	34
3.2	Criação e os objetivos da SUDENE	38
3.3	Atuação da SUDENE nas regiões.....	47
3.3.1	Projetos e Pesquisas realizados.....	47
3.3.2	Incentivos e Benefícios Fiscais	48
3.4	Inclusão da região Vale do Rio Doce (MG) na área de atuação da SUDENE	50
4.	DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO ESTUDADA: O VALE DO RIO DOCE	53
4.1	Caracterização da região	53
4.1.1	Principais atividades econômicas	57
4.1.2	Índices sociais, ambientais e econômicos.....	59
4.2	Fatores determinantes para o desenvolvimento regional	61
4.3	Desafios e potencialidades para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Doce....	65
4.3.1	Pontos negativos	65
4.3.2	Pontos Positivos.....	74
4.4	Possíveis impactos da SUDENE no Vale do Rio Doce.....	76
4.5	Propostas para o desenvolvimento da região a partir da SUDENE	77
4.5.1	Investimentos na produção agrícola e na infraestrutura	78
4.5.2	Apoio a projetos ambientais e de destinação e tratamento de resíduo sólido	80
4.5.3	Incentivo ao desenvolvimento endógeno e setor do turismo.....	80
4.5.4	Investimento em Educação, qualificação e tecnologia.....	81
4.5.5	Fortalecimento da governança regional.....	81
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

A região do Vale do Rio Doce, também denominada como Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Governador Valadares, está localizada à leste do Estado de Minas Gerais, tem mais de 775 mil habitantes e ocupa uma área territorial de 26.030,14 km², equivalente a 4,44% da área total do estado. É composta por 58 municípios agrupados em 4 regiões geográficas imediatas: Governador Valadares, Guanhães, Mantena e Aimorés-Resplendor, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2021).

No Estado de Minas Gerais são 13 as regiões geográficas intermediárias: Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares (antiga mesorregião do Vale do Rio Doce), Ipatinga, Juiz de Fora, Barbacena, Varginha, Pouco Alegre, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas e Divinópolis. E segundo dados do Governo de Minas (2017), a região do Vale do Rio Doce é uma das regiões mais pobres do Estado.

O Vale do Rio Doce, hoje, compartilha da mesma realidade socioeconômica de muitos municípios do Nordeste, com baixos índices de empregos, uma grande parte da população recebendo até meio salário mínimo, altos índices de mortalidade infantil, sem rede de tratamento do esgoto, longos períodos de escassez hídrica e a maior parte dos municípios com elevados índices de dependência de recursos externos, ou seja, municípios que não produzem sua própria receita dependem de outras fontes como programas de transferência de renda, como Bolsa Família, envio de dinheiro de familiares residentes em outros países, etc. Além disso, na grande maioria dos municípios dessa região, os maiores empregadores geralmente são os entes públicos, principalmente prefeituras municipais e câmaras de vereadores.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, surge nesse cenário de desigualdade social, crise climática, grande fluxo de migração de pessoas, como um importante instrumento que pode contribuir com o desenvolvimento da região.

A Sudene é uma autarquia federal, autônoma administrativa e financeiramente, vinculada ao Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional, criada em 1959, e que busca o desenvolvimento econômico e social sustentável, além de potencializar as econômicas regionais, tornando-as competitivas frente aos mercados nacionais e internacionais.

Atualmente a área de atuação da Sudene abrange todos os 9 estados no Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) com 1.794 municípios, além de 249 municípios de Minas Gerais e 31 do Espírito Santo, total de 2.074 municípios.

A escolha do tema “casa” com o atual momento que a região do Vale do Rio Doce vive: fazer parte da área de atuação da Sudene.

Com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso Nacional, em 2021, a região do Vale do Rio Doce passa a contar com benefícios e incentivos fiscais e financeiros, e a vislumbrar oportunidades que podem impulsionar o seu desenvolvimento.

A escolha pelo tema dessa pesquisa surge com a partir da minha preocupação social com a região e com o seu processo de empobrecimento, esvaziamento populacional e falta de oportunidades enfrentados por ela.

Ao aprofundar a pesquisa acerca da Sudene e seus instrumentos, vê-se que apesar de algumas regiões já fazerem parte da Sudene há muitos anos, essas não necessariamente tiveram alguma transformação social, econômica, cultural, ambiental ou algum impacto que pudesse levar a significativos avanços. Além disso, o que se percebe é que ainda persiste um grande desconhecimento sobre a autarquia e sua forma de atuação, principalmente nos municípios do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo.

O trabalho tem como objetivo abordar uma temática relevante, que é o desenvolvimento regional, porém com o olhar a partir da ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Especula-se que o que pode estar levando o seu desconhecimento é a falta de uma estrutura da autarquia em outros estados, bem como a sua centralização de ações e unidade administrativa apenas no Estado do Nordeste. Outro ponto relevante é a própria nomenclatura da instituição que delimita a territorialidade à região do Nordeste brasileiro, não fazendo menção em seu nome aos outros Estados que também possui atuação.

Essa pesquisa busca responder a um questionamento: Quais os possíveis impactos da Sudene no Vale do Rio Doce?

Para responder o problema será utilizado dois métodos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A escolha pela pesquisa bibliográfica ocorre para se possa realizar a devida fundamentação teórica acerca do tema e de elementos que possam contribuir para a pesquisa, bem como dar credibilidade ao estudo através de citação feita por renomados estudiosas da área. Além disso, a escolha por esse tipo de metodologia também busca dar embasamento as afirmações realizadas durante o estudo, permitindo também que possa ser identificado o problema da pesquisa e correto direcionamento dos estudos para responder a esse problema.

A opção também por utilizar, em conjunto, o método de pesquisa documental se dá com o objetivo de obter informações importante para a pesquisa, acessando documentos digitais originais, históricos, e com isso melhorar a qualidade do trabalho.

Nesse estudo foram consultados relatórios técnicos de fundações de pesquisa, arquivos digitais de órgãos oficiais, banco de dados de instituições governamentais e não governamentais, bem como, artigos científicos, livros, teses e dissertações e outros materiais publicados em formato impresso ou digital.

A consulta a essa variedade de conteúdos permitiu uma melhor caracterização social, econômica, ambiental da região do Vale do Rio Doce, suas potencialidades e desafios, e também um aprofundamento acerca do desenvolvimento regional e da Sudene.

A pesquisa se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um breve histórico acerca do desenvolvimento das regiões brasileiras e também das regiões do Estado de Minas Gerais, além de trazer citações e elementos que caracterizam o desenvolvimento regional.

No segundo capítulo, é apresentada a Sudene como um instrumento de desenvolvimento regional, incluindo os fatores políticos e sociais que contribuíram para o seu surgimento. Além disso, é abordado sobre os seus meios de atuação, incluindo os principais incentivos e benefícios ofertados pela autarquia.

No terceiro capítulo, é apresentado um diagnóstico socioeconômico da região do Vale do Rio Doce, trazendo suas principais atividades economias, índices sociais, os desafios e potencialidades da região. E é proposto ações que busquem contribuir o desenvolvimento da região a partir da Sudene, a partir de ações concretas realizadas em outras regiões.

Esse trabalho tem como objetivo geral apresentar os possíveis impactos da Sudene na Região do Vale do Rio Doce e como objetivos específicos busca-se contribuir com os estudos e debates acerca do desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce; produzir elementos que possam colaborar para o desenvolvimento da região; contribuir com a tomada de decisão de gestores públicos, empresário e lideranças da região, no que diz respeito a investimento e definição de políticas públicas; apresentar os benefícios e incentivos de fazer parte da área da Sudene e incentivar outros acadêmicos a também pesquisar acerca do desenvolvimento dessa região.

Por fim, é importante informar que esse trabalho busca, e nem conseguiria, trazer resposta a todas as perguntas que surgem sobre um tema tão complexo como o desenvolvimento de uma região, mas sim trazer elementos que possam contribuir com o debate e somar esforços para ajudar a superar os desafios que atrapalham o desenvolvimento dessa região.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

2.1 Breve histórico do desenvolvimento econômico nas regiões do Brasil

Celso Furtado (1977), um renomado economista e escritor brasileiro, afirma que o problema regional no Brasil começou com a chegada dos portugueses ao país, que ocuparam inicialmente a região Nordeste – principalmente nos estados da Bahia e Pernambuco –, e deram início a exploração do território brasileiro a partir da extração do pau-brasil e da produção do açúcar para gerar riqueza a coroa Portuguesa.

Segundo Prado Jr. (1961), a costa litorânea brasileira era de difícil e irregular acesso aos navegantes, até mesmo para pequenas embarcações, porém, ao longo de sua extensão, haviam alguns trechos favoráveis ao acesso e que permitiram e contribuíram para que o Nordeste fosse ocupado primeiro: devido as condições de acesso e a boa qualidade do solo.

“Os raros pontos favoráveis foram por isso avidamente aproveitados e neles se condensou a população”. (...) quis a natureza acrescer um território litorâneo avantajado – solo fértil, relevo propício, abundância de matas fornecedoras de combustíveis e bom material de construção. Apresenta-se por isso este setor como um dos pontos ideais, no difícil litoral brasileiro, para a vida humana. Tornou-se por isso um dos de mais elevada concentração demográfica. (PRADO JR, 1961, p. 85)

A ampliação da economia açucareira ocorreu baseada no processo de escravização de indígenas e africanos (traficados) e com a utilização de investimentos de capital estrangeiro, tendo sido estendida em menor escala para outras atividades, como a criação de gado, “energia” para os engenhos, madeira para as caldeiras, transporte de matérias, etc.

A grande estrutura fundiária existente na época também contribuiu para o processo de crescimento da desigualdade no Brasil e os problemas sociais que ainda temos hoje, tendo sido a época loteada a um pequeno grupo de pessoas que detinham, além da posse das terras, o poder decisório e econômico do Brasil.

Da perspectiva do território brasileiro, os espaços nos quais as terras permanecem mais concentradas são aqueles do Norte/Nordeste, nos quais diminuiu a relevância das lavouras tradicionais. Será essa dinâmica, impulsionada a partir dos anos 1930 pela industrialização, que alimentará não apenas as desigualdades sociais que se perpetuam no país, mas também as disparidades inter-regionais (FURTADO, 1977, p. 237-238).

De acordo com Prado Jr. (1961, p. 116-118) a célula fundamental que constituiu a organização agrária no Brasil, bem como econômica e social, foi composta pela distribuição de grandes porções de terras aos colonos, pela constituição da monocultura agrícola e pela escravização da mão de obra trabalhadora. “É neste sistema de organização do trabalho e de

propriedades que se origina a concentração da extrema riqueza que caracteriza a econômica colonial” (PRADO JR. 1961, 116).

Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (PRADO JR., 1961, p. 117).

A economia brasileira, então, foi fundada sobre a já citada ótica de produção e trabalho, da concentração de riquezas e na estrutura desenhada para fornecer suprimentos e riquezas para o comércio internacional.

A região do Nordeste e também o Rio de Janeiro, durante os séculos de XVI a XVIII concentrou a maior parte da população e das riquezas produzidas no Brasil, tendo os principais centros produtivos de açúcar sido instalados nos Estados do Pernambuco e Bahia. Porém, ao analisar esse sistema produtivo brasileiro, Prado Jr. (1961, p.122) aponta que é ilusório pensar que um sistema dependente de uma conjuntura internacional, baseado apenas na exportação de determinado produto ou limitado a exploração dos recursos naturais, sem os devidos investimentos a sua manutenção ou àqueles que o mantêm, iria se sustentar.

Outro ponto a ser destacado ao analisar a trajetória do desenvolvimento brasileiro é em relação as circunstâncias políticas e o momento histórico que se deu em cada época da exploração.

Na região Nordeste e em uma parte de Minas Gerais – fruto da exploração da cana de açúcar, ouro e outros metais preciosos –, a exploração ocorreu em um momento em que as riquezas “produzidas” eram enviadas na sua totalidade para Portugal.

Na região Sudeste, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a exploração massiva ocorreu em um momento histórico diferente, período em que a corte portuguesa já havia sido transferida para o Brasil, a Proclamação da República já havia sido declarada e a capital brasileira era o Rio de Janeiro.

Nesse novo cenário, as riquezas produzidas passaram a ficar no Brasil e foram utilizadas tanto para enriquecer a coroa portuguesa instalada no país, quanto para melhorar a infraestrutura das cidades, com o objetivo de ampliar os comércios e serviços das regiões de interesse produtivo.

Entre 1836 e 1837, a região sudeste passou a ser a maior produtora de café, superando a produção do açúcar e tornando aquele grão o principal produto exportado pelo Brasil.

“Em níveis regionais, a indústria brasileira era relativamente descentralizada até fins do século XIX. Várias são as razões que explicam o fenômeno. Os complexos regionais eram pouco integrados, tendo cada região sua “própria” economia” (CANO, 1998, p. 59).

O aumento dos lucros fruto da exportação do café, a abolição da escravidão, a adoção do trabalho assalariado, a mudança de uma sociedade agrária para uma urbana, a formação de uma nova classe consumidora, a migração regional e a imigração estrangeira, trouxeram um novo cenário para o Brasil e propiciou também a instalação de novos serviços, como fábricas de tecelagens, calçados, alimentos, etc., principalmente nas regiões do Rio-São Paulo.

Com a crise do café no mercado internacional, em 1929, ocorre um deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira – antes centrado na exportação internacional – redirecionado para o mercado interno, liderado e conduzido pelo grande centro paulista.

Prado Jr. (1961, p.119) aponta que outro fator que teve papel fundamental para a constituição desse novo mercado foi o crescimento populacional expressivo.

Em certos aspectos, ele (período) naturalmente se complica, surgindo elementos novos, ou pelo menos tendências que alterem a simplicidade inicial do quadro que traçamos de uma colônia produtora de alguns gêneros destinados ao comércio da metrópole. O elementar do crescimento da população constitui por si só um favor de transformação, porque determina a constituição e desenvolvimento do mercado interno, e com ele, de um setor econômico nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país. (PRADO JR., 1961, p.119)

Segundo afirma Cano (1998), a partir da revolução industrial é que se tornam visíveis os sinais do desenvolvimento nacional. E ao rigor da interpretação, só se pode considerar a “industrialização” no momento em que a indústria passa a ser o “motor determinante da economia” e ocorre a recuperação da crise econômica.

Só a partir de 1933, quando a economia nacional se recupera da crise e o movimento de acumulação industrial é o motor determinantes da economia, é que pode falar de *industrialização*”. A rigor, de 1933 a 1955, ela será uma *industrialização restringida*, dadas a incipiente produção nacional de bens de produção e a continuidade, em grande parte, da dependência do setor primário-exportador em determinar a capacidade para importar aqueles bens. De 1956 em diante, com a implantação de alguns setores industriais pesados (de consumo, durável, intermediário e de capital), se alteraria o padrão de acumulação. (CANO, 1998, p.48)

Ao contrário do que defendem alguns estudiosos, Cano (1998) afirma que antes mesmo da crise do café, já havia uma concentração livre e automática de agrupamento de capitais de investimento em São Paulo, (interessados no lucro e não na regionalização).

Ele alega que é um mito dizer que o Estado de São Paulo se desenvolveu às custas do resto do país, principalmente considerando que o estado já detinha grande parte da

representação industrial nacional e também do sistema produtivo agrícola (o mais avançado do país), quando ocorreram as migrações.

Com o advento da crise, São Paulo, ao contrário de diversas outras regiões, buscou sua recuperação através da modernização e ampliação das suas bases produtivas e passou a liderar a integração do mercado nacional (interno), se tornando o maior centro de decisão e acumulação de capital do país.

A partir de 1850, o café se torna a principal atividade econômica do país, com base na exploração da mão-de-obra escravizada, e seguindo com números espantosos crescentes até 1856, quando ocorre a redução produtiva, devido ao fim do tráfico de pessoas negras.

Em cada região do país, ocorreu uma dinâmica econômica, produtiva e estrutural diferente, conforme aponta os estudos de Cano (1998).

Na região Sudeste, o Estado de São Paulo foi o que teve o destino mais próspero. Com a implantação da rede ferroviária e a aquisição de máquinas de beneficiamento do café, ocorreu uma redução drástica nos custos com o transporte e produção do grão. Somada a esse cenário, houve a organização e o financiamento dos serviços de imigração por parte do Estado e de “investidores”, para atrair mão-de-obra paga para a localidade.

A imigração “criou um mercado de trabalho com oferta abundantes, tanto para o café quanto para os segmentos urbanos da economia. E mais, ampliou consideravelmente o mercado de bens de consumo corrente, aumentando as oportunidades de inversão em São Paulo” (CANO, 1998, p. 57).

Com a crise do café, entre 1897 a 1908, utilizou-se das áreas improdutivas para o levantamento da agricultura e produção de alimentos, que acarretou na redução da necessidade de importação de alguns desses produtos e criou as condições para que São Paulo se tornasse um estado múltiplo, com café, estrada de ferro, alimentos, indústria, comércio, bancos, etc.

Na década de 20, ocorre uma investida internacional no Brasil, com a aplicação de capital internacional em diversos setores produtivos e instalações fabris. A produção do estado salta de 13% registrados em 1900 para 45% da produção nacional em 1939.

Já no vizinho, Rio de Janeiro, a plantação do café se deu através de um processo predatório das áreas apropriadas para o cultivo, gerando uma devastação no solo e obrigando os produtores a plantarem em terras cada vez mais distantes do litoral, fato esse que contribuiu para o aumento do preço com o transporte dos grãos.

A escassez de terras, o aumento do custo da mão de obra e do transporte, impulsionaram também a utilização de áreas antes utilizadas para agricultura de subsistência, obrigando a importação dos alimentos e gerando um aumento ainda maior nos custos totais de produção.

Mesmo com a implantação da linha férrea no Rio de Janeiro, o estado não alcançou êxito ao final da crise de 29, e essas demandas não atendidas foram abarcadas pelo mercado paulista.

Semelhante ao Rio de Janeiro, o Estado de Minas Gerais passou a submeter o excedente da produção do café às trocas comerciais, porém se diferiu quanto ao tipo de produção implantada.

A produção cafeeira, alimentícia, pecuária e industrial em Minas Gerais foram desenvolvidas em pequenas e médias propriedade espalhadas nas várias regiões do estado.

Além do café, Minas também exportava gado vivo e laticínio, principalmente para os estados vizinhos. Essas atividades e a expansão imobiliária decorrente da criação da cidade de Belo Horizonte (entre fins do século XIX e as primeiras décadas deste) exigiram o surgimento de um embrionário sistema financeiro que originou em parte os famosos “Bancos Mineiros. (CANO, 1998, p. 55).

A integração com outros estados – por conta da exportação do gado e de produtos alimentícios e minerais –, também ajudou Minas Gerais a ter um desempenho positivo após a crise do café.

Ao analisar a região do Nordeste, Cano (1998) corrobora as informações apresentadas no início do estudo, de que o desenvolvimento da região nordestina se deu fortemente com a extração do pau-brasil e pela produção do açúcar, tornando à época a principal atividade daquela região.

A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção”. Outra fonte produtiva na região, porém em incomparáveis escalas foi o algodão, a pecuária e a agricultura, que foram constituídas principalmente nas áreas do sertão. (CANO, 1998, p. 56)

Com a deficiente relação com o capital-investidor, as terras concentradas nas mãos de poucos e a crise no mercado internacional do açúcar e do algodão, a região nordestina passou a depender fortemente do mercado interno. Outro fator que contribuiu para o aprofundamento da região, foi o desenvolvimento da produção de Açúcar e algodão pelo mercado de São Paulo. A reunião nordestina deixou de representar 40% da produção nacional em 1900 para 10% em 1939. Neste mesmo período, o Estado de São Paulo tornou-se o maior estado produtor dos dois itens anteriores, com uma estrutura robusta e sistemas bem integrados.

“A Amazônia permanece até o início da segunda metade do século XIX como economia extrativista, de baixa produtividade e de quase nenhuma integração com o restante do “território nacional”. (CANO, 1998, p.50)

O desenvolvimento da região Amazônica se deu, à época, com a expansão do mercado internacional da borracha, com base na extração do látex, a produção da região chegou a representar 40% da exportação brasileira.

A falta de uma cultura de produção de alimentos, somada a comercialização direta com os produtores, a falta de contratação da mão de obra remunerada, o contrabando de sementes nativas para o mercado internacional, o aumento da competitividade internacional – com preços e volumes muito mais atraentes –, contribuíram para a crise da borracha no Brasil e consequente estagnação econômica na região.

Ao se referir aos três estados do Sul, Cano (1998) afirma que eles apresentavam uma característica produtiva, comercial e industrial comum: era feita em pequenas e médias propriedades e em muitos casos funcionavam diretamente na zona rural.

A produção no Estado de Santa Catarina era, na grande maioria, baseada na produção de mate, banha, farinha e manteiga, no Rio Grande do Sul produzia-se o charque – carne bovina – além de banha e couro e no Paraná Erva-doce.

Cano (1998) aponta que a integração comercial da região sul, em grande parte, se deu com os estados do Rio de Janeiro e Nordeste, por conta da inexistente demanda dos produtos ao robusto e diversificado mercado paulista, além disso, ocorria crescimento da demanda por produção por óleos vegetais, houve o surgimento da fibra sintética e a carne de charque ainda não era muito consumida entre os trabalhadores europeu que migraram para região.

2.2 Processo de ocupação e desenvolvimento no estado de Minas Gerais

A região que hoje compreende-se como o Estado de Minas Gerais teve o seu processo de desbravamento e exploração por meio dos bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas, no século XVI.

Essa região se tornou um dos mais importantes centros econômicos da colônia portuguesa, no século XVIII, por conta da produção do ouro aluvião e isso acarretou em um rápido aumento da população nessa localidade.

Entre 1740 e 1780, a produção tem uma significativa diminuição, levando a crise econômica na coroa portuguesa, que passa a criar formas cada vez mais rígidas para realizar o controle e arrecadação dos impostos. Essa atitude, inclusive, fez surgir um movimento político que lutou – entre os anos 1789-1792 – pela independência da região, conhecida como a Inconfidência Mineira.

Segundo dados do Governo de Minas (2023), a produção mineral do ouro e de pedras preciosas teve – por muitos anos – uma influência dominante na economia mineira, contribuindo para o não desenvolvimento de outras atividades na região. Embora a produção de açúcar, fumo e algodão tenha avançado a região, a economia de Minas Gerais continuou sendo baseada principalmente nas grandes fazendas e na mineração.

A absoluta influência da mineração na economia do estado inibiu, de certa forma, o desenvolvimento de outras atividades econômicas de exportação. Por muitos anos, apesar dos avanços advindos da produção de açúcar, fumo e algodão, Minas Gerais continuou baseando sua economia nas grandes fazendas. O lento avanço da economia de Minas, como o de toda colônia, foi acelerado com o advento da produção e exportação de café. (GOVERNO DE MINAS, 2023, p. 1).

No século XIX, a produção do café acelerou o avanço da economia mineira e de todo o país, tornando-se um importante produto de exportação e contribuindo significativamente com a economia da região, além de impulsionar a construção de estradas de ferro, portos e atrair muitos imigrantes para trabalhar nas lavouras.

A introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu no início do século XIX e logo se transformou na principal atividade da província e no agente indutor do povoamento e desenvolvimento da infraestrutura de transportes. A prosperidade trazida pelo café ensejou um primeiro surto de industrialização, reforçado, mais tarde, pela política protecionista implementada pelo Governo Federal após a Proclamação da República. (GOVERNO DE MINAS, 2023, p. 1).

A predominância da cafeicultura em Minas Gerais foi gradualmente sendo alterada a partir de 1930, período em que houve uma crise mundial e as importações brasileira do produto também diminuíram, desvalorizando excessivamente o produto brasileiro e impactando na economia do país. Nesse mesmo período, o Estado de Minas começou a se destacar na produção siderúrgica e no aproveitamento de outros recursos minerais.

Com o advento do processo de substituição das importações, em 1950, a indústria ganhou mais espaço na economia brasileira e o Estado de Minas ampliou sua participação no setor.

A partir de 1970, a economia mineira passou por mudanças estruturais significativas, devido a grandes investimentos realizados na região, dando início a um processo de diversificação da estrutura industrial e consolidou novos setores, passando a não depender exclusivamente do café, mas de outros produtos e serviços que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Atualmente o Estado de Minas Gerais é o 3º em produção econômica, sendo o retrato da sua evolução temporal. A análise dos fatores históricos que levaram algumas regiões a se desenvolverem e outras não é essencial para ampliar o entendimento do porque existe e persiste essa enorme desigualdade entre essas regiões.

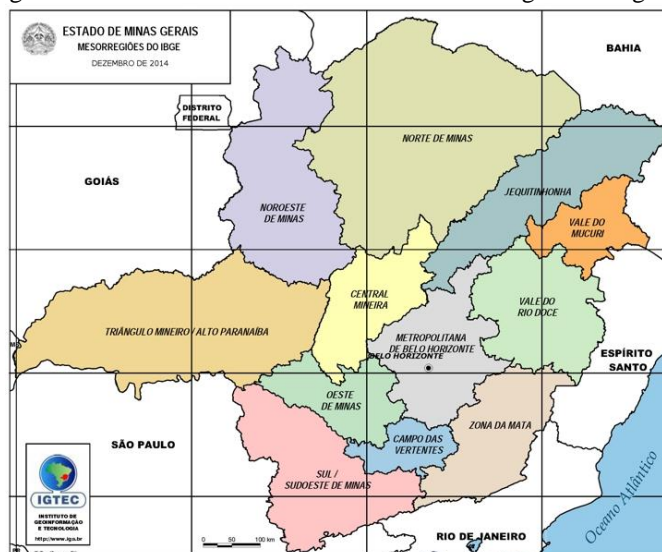
O Estado de Minas Gerais é o 4º maior em área territorial, com uma área de 588.344 km² de extensão. Está localizado na região Sudeste do Brasil e possui 853 municípios, sendo o estado com o maior número de municípios do Brasil. Além disso, ele faz limite com outros 6 estados (Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul) e o Distrito Federal. (SANTOS e PALES, 2014)

Segundo dados do IBGE (2021), atualmente o Estado de Minas Gerais possui uma população estimada de 21,4 milhões de pessoas, e é dividido territorialmente em 13 regiões geográficas intermediárias (mesorregião) e 70 regiões geográficas imediatas (microrregiões), de acordo com a nova regionalização, em substituição as 66 microrregiões e 12 mesorregiões anteriores.

As 13 regiões intermediárias (antigas mesorregiões) em Minas Gerais são: 1 - Barbacena, 2 - Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

O Estado de Minas Gerais também possui uma divisão territorial ainda muito utilizada por pesquisadores, lideranças políticas, governos e populares, que é a divisão por macrorregiões, conforme a figura 1: 1- Central Mineira; 2- Metropolitana de Belo Horizonte; 3- Zona da Mata; 4- Campo das Vertentes, 5- Oeste de Minas, 6- Sul/ Sudoeste de Minas; 7- Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba; 8- Nordeste de Minas; 9- Norte de Minas; 10- Jequitinhonha; 11- Mucuri; 12- Rio Doce. Essa divisão foi estabelecida levando em conta as características socioeconômicas de cada região.

Figura 1 - Divisão do Estado de Minas Gerais em grandes regiões.



Fonte: IBGE, 2014.

A grande extensão territorial do estado e a sua posição centralizada no mapa brasileiro, contribuíram para que cada uma das regiões mineiras apresentasse um desenvolvimento peculiar, conforme aponta Santos e Pales (2014).

Ao analisar os índices econômicos, sociais, ambientais, estruturais e demográficos de Minas Gerais, como a renda, o nível de ocupação, a qualidade das estradas (ou infraestrutura), o desemprego, a educação, a habitação, o saneamento básico, o percentual de esgoto tratado e outros, percebe-se uma variada diferença entre essas regiões.

Espíndola (2019) cita Prado Jr. (1959), ao afirmar que a formação dos territórios mineiros se deu através do seu povoamento, nascendo como espaços urbanos – centralizado no estado - assentado na exploração mineral e no café e fortemente amparado pela mão de obra escrava, e que, posteriormente, foi migrando para as extremidades do estado. Além da questão mineral, outro fator que se destaca na formação da economia mineira é a produção de produtos de subsistência para alimentar o mercado interno, como a produção de boi, porco, galinha, queijo, entre outras atividades.

Um grande agravante, como relata Espíndola (2019), ocorria pela falta de um centro polarizador interno e que integrasse as diversas regiões do Estado de Minas, com a expectativa de que a capital mineira - Belo Horizonte - fosse esse centro polarizador. Porém, na prática passou a existir vários centros de referência e que tiveram seu desempenho atrelado a vários fatores, como a existência ou falta de estrada ou outros modais de transporte para o transporte dos produtos, inclusive algumas regiões dependiam de outros estados para exportação e importação dos produtos.

Outro ponto que atrapalhou o desenvolvimento do estado foi o atraso científico, que não permitiu com que a indústria mineira pudesse explorar melhor seus minerais e ampliar a cadeia de beneficiamento.

Santos e Pales (2014) citam Dulci (1999) ao afirmar que desenvolvimento do Estado de Minas Gerais ocorreu através de três (3) principais modalidades de desenvolvimento:

(...) a primeira se deu de forma praticamente natural, por meio do potencial econômico já estabelecido na região, como é o caso da Zona da Mata, no entorno de Juiz de Fora. Na segunda, o desenvolvimento foi induzido por intermédio de recursos políticos mobilizados pela região. Porém, o autor ressalta que a característica mais marcante do desenvolvimento mineiro está no terceiro modelo, que é híbrido, onde as potencialidades do mercado interno foram maximizadas com recursos políticos. (SANTOS E PALES, 2014, p.164).

Apontam ainda, que a atual situação das macrorregiões do estado de Minas Gerais não é reflexo apenas dos processos de desenvolvimento que ocorreram nelas – tendo havido vários outros fatores que podem ter influenciado no desenvolvimento regional –, mas também das

estratégias adotadas por cada uma dessas regiões. E que para a análise das principais estratégias de desenvolvimento adotadas, o estado foi dividido em 4 grandes regiões: Norte (incluindo o Nordeste), Jequitinhonha/ Mucuri; Central; Triângulo.

A região do Norte do Estado de Minas Gerais, conhecida como “sertão”, possui características climáticas, socioeconômicas e vegetação muito parecidas com a região do nordeste brasileiro – região do semiárido.

O processo de ocupação dessa região ocorreu, segundo Santos e Pales (2014), devido à grande quantidade de terras livres e a necessidade de criação de gado, sendo a pecuária a primeira grande atividade econômica da região.

A produção pecuária dessa região abastecia tanto as demandas vindo das grandes plantações de cana do Nordeste, quanto as atividades mineradoras de Minas Gerais.

Por conta da crise do ouro/mineiro e também da cana de açúcar, a produção pecuária do Norte de Minas foi afetada, somada a falta de transporte e infraestrutura para carregar o gado para outros centros consumidores, a região ficou relativamente isolada até a construção da ferrovia (em 1914), que ligou essa região ao restante do país.

Além da construção da ferrovia, outro ponto importante que contribuiu para o desenvolvimento dessa região foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959 e a inclusão dessa área de atuação da autarquia. Com isso, a região passou a ter acesso a incentivos e benefícios diferenciados para alavancar o desenvolvimento regional.

A criação da Sudene foi fundamental para a industrialização de alguns municípios e contribuiu de forma decisiva para a modernização da produção pecuária e agrícola, através de grandes projetos de irrigação (SANTOS e PALES, 2014, p. 167).

O período que antecedeu a década de 1970 foi um período de adaptação, transição e planejamento para que a região pudesse se adequar para receber os benefícios da Sudene.

Com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – CODEVASP, em 1974, e os investimentos da Sudene, a região do Norte de Minas passou a vislumbrar uma nova realidade, dessa vez muito mais positiva.

A Companhia foi criada para desenvolver grandes projetos de irrigação para agricultura, redução dos efeitos da seca e a revitalização das bacias hidrográficas.

Esse processo de modernização também trouxe impactos negativos para os pequenos produtores e agricultores. Segundo Santos e Pales (2014) o processo de inclusão na área da Sudene, geraram também o endividamento e empobrecimento de pequenos empreendimentos (que passaram a ter acesso ao crédito de forma mais facilitada), também houveram muitos

conflitos agrário pela posse das terras – ocasião em que ocorreu uma grande concentração de terras nas mãos de grandes produtores com o apoio do estado. Nesse período também ocorreram a diminuição da oferta de trabalho rural e o aumento dos empregos temporários, a degradação do meio ambiente e outros pontos negativos.

Ao longo das décadas de 1970 a 1990, a atividade econômica de produção de carvão e a plantação do eucalipto se tornaram intensas na região, por meio da exploração das matas e da “ocupação” de pequenas unidades produtivas por parte de grandes produtores, além disso, houve um decréscimo na população rural, enquanto a população urbana cresceu devido a industrialização e a modernização agrícola. No entanto, as políticas públicas aplicadas tiveram um efeito contraproducente, afetando negativamente a realidade socioeconômica da região até os dias de hoje.

De acordo com Santos e Pales (2014), a presença do Estado é essencial para promover o desenvolvimento econômico social em regiões menos dinâmicas, como a região do Norte de Minas. Essas regiões podem ter dificuldades de atrair investimentos privados e desenvolver sua economia de forma autônoma, o que torna o papel do estado ainda mais importante.

A inércia do Estado, ou seja, sua falta de ação ou de investimentos nessas regiões, é sentida de maneira mais acentuada do que em regiões mais dinâmicas, que já possuem um desenvolvimento mais consolidado.

A macrorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, localizados ao nordeste do Estado de Minas Gerais, teve como as principais atividades econômicas o desmatamento das matas para produção pecuária e a agricultura de subsistência, além da mineração e o garimpo. Segundo Santos e Pales (2014), essas atividades contribuíram para a ocupação e o povoamento das “terras sem donos” até 1930.

Essa região possui uma variedade de formas de apropriação do espaço natural, agregando diferentes atividades econômicas e culturais.

Até meados do século XX, ela era integrada economicamente por meio dos rios Jequitinhonha e Mucuri, e contava com duas ligações ferroviárias, que foram desativadas em 1970. Uma ligava a cidade de Teófilo Otoni (MG) a Caravelas (BA) e a outra Diamantina (MG) a Corinto (região central do estado).

As atividades agropecuárias e mineradoras não foram suficientes para manter o desenvolvimento regional do Vale do Mucuri e Jequitinhonha, ficando econômica isolada das outras regiões do estado.

Como estratégia de sobrevivência, muitos trabalhadores migraram de forma permanente para outras regiões, alguns para grandes cidades do país, outros sazonalmente para trabalhar em

lavoura no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo. Apenas duas cidades conseguiram manter razoável atividade econômica – em grande parte por sua posição geográfica estratégica – Diamantina (Vale do Jequitinhonha) e Teófilo Otoni (Vale do Mucuri).

A partir da metade do século XX, o grande marco de investimentos e promessa de desenvolvimento da região surge com a monocultura do eucalipto, para abastecer o mercado da celulose.

Santos e Pales (2014) afirmam que embora a atividade tenha impulsionado o crescimento econômico da região e os governos continuem investido nessa estratégia, ela também trouxe consequência desastrosas para a população local, como a remoção de famílias inteiras de seus locais de origem, o êxodo rural, a favelização, a desarticulação dos modos de vida e cultivo das populações tradicionais – com a perda de espaço para a agricultura familiar –, a não melhoria nas condições de vida das pessoas e redução dos mananciais.

O que está em pauta, então, é para quê e para quem é esse “desenvolvimento” trazido pelo eucalipto. Sabemos que grande parte da população dos municípios cultivadores pouco ou nada tem sido afetada positivamente com a monocultura do eucalipto. É certo que a macrorregião teve um avanço em termos econômicos, ainda que insuficiente, mas os resultados sociais são ainda muito frágeis (SANTOS e PALES, 2014, p. 171)

A macrorregião central apresentou o seu desenvolvimento acentuado a partir da mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Mudança essa que foi pensada com base em um importante projeto de desenvolvimentista: colocar o Estado de Minas Gerais nos rumos do progresso e promover a integração política e econômica entre todo o estado.

O estado mineiro almejava grandes avanços industriais, no final do século XIX, e a então capital de Ouro Preto não estava preparada para suportar as consequências que poderiam vir a surgir com pesados investimentos em industrialização, conforme afirma Santos e Pales (2014).

O estado de Minas Gerais almejava, em meados do século XIX, apesar de não ser o motivo central da mudança, um grande avanço na industrialização. Porém, a capital, Ouro Preto, não comportava os desdobramentos que um pesado investimento em industrialização poderia acarretar, tais como o grande aumento da população e o colapso da infraestrutura então existente. (SANTOS E PALES, 2014, p. 172).

Até a primeira metade do século XX, a macrorregião Central de Minas Gerais teve como principais atividades econômicas a siderurgia, mineração e industrial têxtil. No entanto, o desenvolvimento da região foi realmente impulsionado na década de 1940, com a instalação de complexos industriais.

De acordo com Santos e Pales (2014) a partir dessa época o governo brasileiro começou a oferecer grandes incentivos para atrair indústrias para a região, com o objetivo de gerar emprego e aumentar a renda da população local.

Por conta da falta de transporte adequado e da precária infraestrutura elétrica, somente a partir de 1950 a região começou a obter frutos positivos do processo de industrialização.

A região Metropolitana de Belo Horizonte teve um papel fundamental no desenvolvimento dessa região central, pois foi nela que se concentraram a maior parte das indústrias, especialmente em Belo Horizonte. E mesmo as cidades vizinhas que não tinham indústrias, se beneficiaram devido a sua proximidade com a capital, servindo de “cidade dormitório”.

A implantação dessas grandes indústrias induziu a criação de centenas de médias e pequenas indústrias na região de vários tipos de produtos e propiciou um virtuoso ciclo de desenvolvimento regional.

O estado desempenhou um papel fundamental ao fornecer incentivos para a expansão industrial, com impactos na infraestrutura, na educação, saúde, transporte e outros fatores positivos diretamente ligados a qualidade de vida das pessoas. Mas também acarretou aumento do número de favelas, violência urbana e o trânsito caótico.

A região do triângulo mineiro possui um dos melhores índices econômicos e sociais do estado e a localização estratégica – no centro do país e fazendo divisa com duas grandes regiões consumidoras São Paulo e Brasília (GO) –, contribuiu com o seu desenvolvimento e a acumulação de capital.

A região era o centro de passagem de tropeiros para o centro e mineradores para o centro do país. Inicialmente pertenceu ao estado de São Paulo, depois ao estado de Goiás e somente no século XIX que integrou definitivamente ao estado mineiro.

De acordo com Santos e Pales (2014), o seu desenvolvimento se centrou nas atividades comerciais, sendo um importante centro de distribuição de mercadorias, além de possuir um grande parque comercial. A mudança da capital do país para Brasília e a construção de estradas de ferro também contribuíram para a atração de mais investimentos e a dinamização da economia.

O Triângulo Mineiro era cortado por várias ferrovias importantes, sendo as principais a Estrada de Ferro Goiás (EFG) – também conhecida como “Estrada de Ferro do Pequi” e ligada a cidade de Uberlândia a Araguari, inaugurada em 1910; a Estrada de Ferro Mogiana, que ligava Uberaba a Ribeirão Preto (SP) passando por várias cidades do triângulo mineiro, inaugurada em 1886; e a Estrada de Ferro São Paulo – Minas, inaugurada também em 1886, passava por

várias cidades do triângulo, como Ribeirão Preto, Passos e Franca. Além de outras companhias menores que também operavam na região como a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro.

“Com a chegada da ferrovia ao Triângulo, toda a hierarquia da região foi reformulada e ela ficou em contato permanente com a economia do estado de São Paulo, constituindo-se em entreposto comercial com o Centro-Oeste do Brasil” (SANTOS e PALES, 2014, p. 176).

A partir da inauguração de Brasília inúmeros investimentos foram garantidos na região, consolidando essa região como uma forte região agroexportadora.

A inauguração da Capital Federal, Brasília, em 1960, fez emergir uma nova dinâmica no Triângulo Mineiro. A partir de então teve início uma série de investimentos em infraestrutura, transportes, energia, comunicação, dentre outras providências favoráveis à região, principalmente em se tratando da agropecuária. Dessa forma, enquanto o Brasil se encontrava no final da década de 1970 e década de 1980 num período de desaceleração econômica, o Triângulo Mineiro vivia o auge de sua economia, consolidando a economia agroexportadora (SANTOS E PALES, 2014, p. 176).

A região do Triângulo Mineiro até hoje se apresenta como uma das regiões mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais. A localização próxima aos polos econômicos do país e os investimentos significativos contribuíram para o crescimento econômico e diversificação da economia local. Essa diversificação trata-se do processo de variação, ampliação, dos setores e das atividades produtivas no território, diminuindo a dependência em um único setor ou produto.

O processo de territorialização (demarcação territorial) da região do Vale do Rio Doce, de acordo com Espíndola (2015), ocorreu antes mesmo da abertura das fronteiras para a ocupação populacional não nativa, por conta da resistência da população nativa e da mata densa.

Para a ocupação dessa região, foi necessário primeiro a ocupação militar e religiosa, que tinha objetivo de atrair essa população e dizimá-la, como aponta Espíndola (2015).

No final do século XVIII o rio Doce era uma área proibida, ou seja, era uma extensa zona florestal habitada por populações nativas, que se encontrava fechada à presença luso-brasileira. Primeiro foi necessário incorporar essa zona como território (...) por meio de um processo de conquista militar. (...) na década de 1860 frades capuchinhos assumiram a função de atrair e reduzir as populações nativas, completando o processo iniciado pelas divisões militares do rio Doce. No vale do rio Doce se produziu a territorialização estatal, por meio do controle da zona de floresta, do extermínio cultural das populações indígenas e diluição genética índios no conjunto da população nacional, possibilitando a liberação das terras para a ocupação por nacionais e estrangeiros. (ESPÍNDOLA, 2015, p. 166)

A região do Vale do Rio Doce também tem a sua história da ocupação intimamente ligada com a criação da Estrada de Ferro Vitória - Minas.

Em 1902, o Governo Federal apresenta um decreto-lei que permite a criação da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, com o objetivo de ligar o interior do estado de

Minas Gerais ao Porto de Vitória (Espírito Santo). O principal propósito para a criação da ferrovia era permitir um transporte eficiente da produção agrícola e florestal para o porto, principalmente do café e da madeira.

De acordo com Pereira, Espíndola e Martins (2019) citando Silveira (1922), aponta que o processo de tentativa de ocupação da região do Vale do Rio Doce começou no século XIX, do interior da região para o litoral.

Esse processo foi impactado por diversos fatores que limitavam a ocupação natural da região (por não nativos), por exemplo a densidade da floresta, a falta de estradas, a impossibilidade de navegabilidade do rio Doce na maior parte do seu comprimento, a grande incidência de malária, além da irregularidade das chuvas e da resistência dos povos nativos.

No entanto, com a chegada da ferrovia às margens do rio Doce em 1906 – passando pelo município de Governador Valadares (antiga Figueira) em 1910 – a ocupação e o desenvolvimento da região foram impulsionados, especialmente por conta da expansão da cultura do café vindo da região do Espírito Santo e do cacau no sul da Bahia.

A ocupação e exploração do Vale do Rio Doce não se deu de forma fácil e pacífica, houve resistência por parte dos povos nativos, muita violência a incidência de malária era grande, a floresta muito densa, ausência de vias terrestres de penetração, o rio não era navegável, exceto em alguns trechos, havia longos períodos de estiagem. A chegada da Estrada de Ferro Vitória Minas orientou a penetração, ocupação, povoamento e exploração daquela região. “A medida que se expandia, promovia o avanço da ocupação econômica e demográfica” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 14).

A ferrovia representou um marco no desenvolvimento da região e funcionou como uma via de penetração na localidade, permitindo a exploração econômica do baixo rio Doce. Porém, a integração entre essas regiões levou anos.

Devido a não conclusão de alguns trechos da ferrovia, a pouca capacidade de carga, irregularidade do tráfego, falta de recursos para manutenção e investimentos. Também impactou na tardia ocupação e desenvolvimento da região o fato das companhias minero-siderúrgicas terem se apropriado dessas áreas para a exploração da madeira e produção do carvão vegetal, durante a década de 1940.

Essa região e principalmente a cidade de Governador Valadares, torna-se um grande centro de beneficiamento e distribuição de produtos, como pedra preciosas, madeira, mica, couro, carne bovina, produtos nacionais e importados, além de serviços em especial serviços educacionais e médicos, na década entre 1930 a 1950.

Nesse período, a produção de mica era enviada exclusivamente para o Estados Unidos, para o abastecimento das indústrias bélicas – durante a 2 guerra mundial – e para a fabricação

de materiais elétricos, tornando-se um negócio que empregava milhares de pessoas. Isso ocasionou um grande crescimento populacional e econômico nessa região.

Apesar dessa expansão acelerada, a região ainda não possuía energia elétrica, e isso impactava num crescimento ainda maior.

Outro ponto que também impactou no desenvolvimento da região, segundo Pereira, Espíndola e Martins (2019) foi a criação a Companhia Vale do Rio Doce em 1942 – encampada pelo Governo Federal. A criação da companhia foi resultado da decisão do governo federal de explorar o minério de ferro de Itabira (há 200 km de Governador Valadares). Esse projeto envolvia a reforma da ferrovia e foi coordenador e financiado pelos Estados Unidos.

A Companhia liderou o processo de reforma do trecho da ferrovia – dessa vez para transportar mineiro de ferro em larga escala. A reforma da ferrovia permitiu a criação de condições para o povoamento local, como a ampliação dos investimentos em saneamento e consequente alteração do quadro de doenças da região.

Somada ao processo de interiorização do acesso através da ferrovia, também foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região, a criação da rodovia Rio-Bahia, denominada BR 116, uma das rodovias mais importantes do Brasil e outras estradas de rodagem de tráfego permanente, que abriram os caminhos para o mercado do Vale do Rio Doce, em 1948.

O impacto da rodovia longitudinal Rio-Bahia, BR-116, particularmente com a pavimentação asfáltica realizada no início da década de 1960; a abertura da rodovia diagonal BR-381, que ligou a região a Belo Horizonte e a São Paulo; e da estrada transversal da BR-259, que liga à cidade Felixlândia, e daí com Brasília, ainda hoje, à região do rio Doce e ao Espírito Santo certamente foi considerável. A rodovia mais recente é a BR-451 que liga Bocaiúva - Montes Claros a Governador Valadares. (PEREIRA, ESPÍNDOLA e MARTINS, 2019, p. 17)

Durante as décadas de 1950 a 1980, ocorreu um aumento na compreensão da importância da infraestrutura, por parte das lideranças da região, para alcançar o desenvolvimento econômico da cidade e da região, como afirma Pereira, Espíndola e Martins (2019).

Esse entendimento levou a diversas ações por parte dessas lideranças, em um movimento organizado pela defesa de projetos que trariam um impacto significativo nas economias locais, como a expansão da malha rodoviária, o asfaltamento das estradas, a instalação de energia elétrica e telefonia.

Com o esgotamento mineral na região, a partir dos anos 60, ocorreu uma redução significativa no número de empregos, o que também contribuiu para o fim do período de expansão econômica de Governador Valadares.

O crescimento econômico e demográfico nas décadas de 40 e 50 foi baseado na exploração dos recursos naturais. Entretanto, a devastação da floresta e o esgotamento dos solos provocaram retração econômica e esvaziamento demográfico regional, repercutindo estruturalmente sobre a cidade. ESPINDOLA (1000).

Com o esgotamento dos recursos naturais, as empresas madeireiras começaram a migrar para o norte do Espírito Santo e Bahia, e de forma gradual a região passou a perder dinamismo populacional e econômico.

Cupelillo (2008) reforça, porém, que esse aumento acelerado da população e das demandas por recursos naturais de forma desordenada, e que “o modelo de desenvolvimento econômico-regional imediatista implantado na bacia do Doce, principalmente a partir dos anos 70, levou a um alto grau de degradação ambiental, influenciando negativamente as complexas interações existentes na dinâmica socioambiental” (CUPELILLO, 2008, p. 15).

Entre as principais consequências da degradação ambiental está a ocorrência de enchentes urbanas em vários municípios da região, esses que estão localizados em áreas de planície de inundação dos rios. As enchentes são resultado tanto das fortes chuvas e dezembro e janeiro com o uso da ocupação desordenada do solo, sem respeitar os limites naturais do ambiente, e agora agravada pelo assoreamento do rio e pelo denso rejeito de minério que se alojou no fundo dele após o imenso crime ambiental provocado pelo rompimento da barragem da Companhia Vale/Samarco/BHP, em 2015, e que ocasionou a contaminação do Rio Doce, a matança incalculável da fauna e da flora.

Há um ponto que precisa ser destacado nessa abordagem sobre a trajetória da região do Rio Doce e que vai ao encontro do início da exploração da região nordestina, que coincidentemente, faz com que ambas estejam assistidas pela Sudene: o tipo de exploração econômica autorizada e incentivada pelo Estado. Ambas as regiões serviram como base de uma exploração devastadora, da remoção insustentável de matéria prima, e da facilitação da instalação de colonos e estrangeiros nas regiões para o abastecimento do capital e interesse estrangeiro.

A região Nordeste com a sua invasão portuguesa e a retirada inicialmente do pau-brasil e produção açucareira. A macrorregião mineira do Rio Doce, com a facilitação de estrangeiros para a retirada de pedras preciosas e material para abastecer a indústria bélica do EUA.

3. SUDENE, INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3.1 Desenvolvimento regional: surgimento e conceitos

De acordo com Oliveira (2021, p.5), o debate sobre o desenvolvimento regional somente toma força após a segunda guerra mundial (após 1945), período em que as nações passaram se preocupar com a grande pobreza agravada por esse período e passaram a buscar a recuperação e o desenvolvimento econômico das regiões.

A partir daquele momento, o debate não se centrava apenas no crescimento econômico, através do PIB per capita, ele também passou a envolver também as questões sociais e os problemas advindos da guerra. Ou seja, passou-se a debater – além da necessidade de recuperação econômica das pessoas, dos empregos, capitais industriais, etc –, mas também a necessidade de buscar a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o bem-estar.

No Brasil, os anos de 1950 e 1960 receberam uma influência direta desse período pós-guerra e passa a discutir e criar uma série de políticas públicas, programas e planos para impulsionar o desenvolvimento econômico e social das regiões e do país.

O conceito de desenvolvimento regional é diverso, mas pode ser resumido como o processo de crescimento econômico e de melhoria das condições sociais e ambientais de uma determinada região, por meio de estratégias e políticas específicas.

Já Furtado (2009), definiu o desenvolvimento regional como sendo “um processo de mudança estrutural que visa superar as desigualdades regionais e promover o crescimento econômico e social de uma determinada região”. Além disso, também apontava para a importância do papel do Estado como propulsor desse desenvolvimento.

Oliveira (2019) afirma que na visão de Boisier (2000), Lopes (1984) a política governamental deve ser o motor do desenvolvimento regional, somado a participação da sociedade civil organizada e tendo como elemento fundamental o planejamento para a elaboração de políticas regionais de desenvolvimento. Além disso, é necessário considerar alguns fatores que são específicos de cada região, como a sua localização geográfica, a pressão populacional sobre os recursos naturais, a organização social, as estruturas religiosas, mentais e culturais.

Dentro do “programa” de desenvolvimento defendido por Furtado, a industrialização também tinha um papel importante. Segundo Albuquerque (1971) buscava-se a “intensificação do processo de industrialização para tornar a região menos sensível às secas periódicas e às instabilidades do mercado internacional, além de criar novas oportunidades de emprego para a população local”.

Albuquerque (1971) ainda afirma que erroneamente foi se pensado em uma instituição que pudesse criar um ambiente de concorrência com outras regiões do país, principalmente Centro-Sul, mas que o correto era se pensar em uma estrutura complementar e não concorrente.

Em âmbito mais geral, é preciso criar no Nordeste uma estrutura econômica complementar à do Centro-Sul, e não competitiva a ela. Dever-se-ia incrementar aqueles setores que se utilizassem de vantagens locacionais do Nordeste (como é o caso de certas indústrias de exportação) e de matérias-primas locais. Dever-se-ia impedir que firmas se estabeleçam na área da SUDENE para reduzir seus custos privados através de isenções e benefícios, enquanto que os custos sociais se elevam através de transferência regressiva de renda e de custos de transporte desnecessários, já que tais empresas remetem seus produtos para o Centro-Sul. (ALBUQUERQUE, 1971)

Indo ao encontro do posicionamento de Furtado, Oliveira (2019, p. 1) afirma que o desenvolvimento regional envolve diversos fatores e que esses devem ser trabalhados para que propiciem um ambiente favorável a estimulação da inovação e a redução das desigualdades regionais:

Desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregado em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais. O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região (OLIVEIRA, 2019, p.1).

Esse processo envolve a criação de empregos, o aumento da renda per capita, a redução das desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento das instituições e da governança regional, entre outros aspectos.

Na opinião de Correa, Silveira e Kist (2019), o desenvolvimento regional não pode ser alcançado simplesmente por meio de políticas econômicas e sociais aplicadas uniformemente a todas as regiões. Pelo contrário, o desenvolvimento regional deve ser entendido como um processo histórico que molda a região, o que significa que cada região tem a sua própria história e identidade, que devem ser levadas em consideração em qualquer estratégia de desenvolvimento regional.

Além disso, destacam que o desenvolvimento regional exige uma mudança de perspectiva do sujeito, ou seja, uma ruptura na forma como as coisas são feitas e uma abertura para novas formas de pensar e agir. Isso implica em transformações nas bases sociais e econômicas da região e em mudanças estruturais mais amplas.

Destaca ainda que a estratégia de desenvolvimento regional deve ser construída de forma conjunta entre os diversos atores da região, ou seja, governos, empresas, sociedade civil, órgãos, entre outros. É necessário haver um diálogo e uma cooperação entre esses atores para

que as estratégias de desenvolvimento sejam bem-sucedidas e atendam às necessidades da região e da população.

O conceito de desenvolvimento regional, entende-se região como sendo fruto de um processo histórico que a molda. Assim, sustenta-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores da região (CORREA; SILVEIRA; KIST, 2019, p. 12)

Para o desenvolvimento pleno de uma região é imperativa a junção de crescimento econômico e desenvolvimento social, visto que crescimento econômico — PIB, exportações etc. — nem sempre se traduz hegemonicamente em qualidade de vida para toda a população e, tampouco, em desenvolvimento social igualitário.

O desenvolvimento social é tido como combate à pobreza, geração de emprego e renda, garantia à saúde, à educação, à assistência — ou seja, abrange uma gama de investimentos que vão muito além do crescimento econômico, buscando, principalmente, o bem-estar da população. (SANTOS e PALES, 2014, p.166).

Os anos de 1950 e 1960 receberam uma influência direta do período pós-guerra e passou a criar uma série de políticas públicas, planos e órgãos para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país. E a Sudene ela surge como um desses instrumentos para alcançar o desenvolvimento regional.

Segundo Lima (2006) é comum a concentração de mercado em regiões já ricas, sendo imprescindível a intervenção do Estado para garantir o Desenvolvimento Regional e a redução das desigualdades.

A Constituição Federal Brasileira (CF) no seu artigo 43, estabelece que a União pode articular ações nas regiões em desenvolvimento, com o objetivo de reduzir as desigualdades. Além disso, deverá ser criado planos regionais para conduzir as ações.

A CF também permite a adoção de incentivos fiscais regionais com o objetivo de alcançar esse desenvolvimento, como tarifas diferenciadas, financiamento de áreas prioritárias, isenções, investimentos em diversos projeto (irrigação, construção de moradias populares, etc), recuperação de terras áridas etc.

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

- I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;
 - II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;
 - III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;
 - IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represados nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.
- § 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

As políticas públicas para o desenvolvimento regional no Brasil envolvem iniciativas governamentais, programas e projetos implementados pelo Estado em diversas áreas, como infraestrutura, tecnologia, inovação, saúde, turismo, meio ambiente, também pode incluir ações que estabeleçam incentivos fiscais, políticas educacionais e treinamentos para melhorar o desempenho dos setores produtivos; etc.

Um dos instrumentos que as instituições governamentais utilizam para buscar o desenvolvimento e promover a redução das desigualdades é através da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é um conjunto de diretrizes, instrumentos e estratégias de planejamento que buscam reduzir as desigualdades entre as regiões do país e promover um desenvolvimento equilibrado e integrado entre elas. Ou seja, promover a desconcentração econômica e populacional de regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas do país.

Entre as principais diretrizes da PNDR estão o estímulo ao desenvolvimento de regiões mais pobres, a promoção da integração entre as regiões, o estímulo financeiro ou estrutural como forma de aumentar a competitividade e produtividade das regiões, o fomento a diversificação econômica, etc.

Segundo o Governo Federal (2023), os Planos de Desenvolvimento são instrumentos de planejamento que nortearão as intervenções públicas nas regiões de atuação, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais “através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional”.

O Governo do Estado de Minas (2022) define os planos regionais de desenvolvimento como sendo “projetos com o objetivo de definir metas e estratégias para o desenvolvimento sustentável de uma dada região – que poderá contemplar vários municípios – em um horizonte de longo prazo, abrangendo as dimensões econômica, social, ambiental e institucional e envolvendo os governos locais e a população local”.

Com o intuito de pensar o desenvolvimento econômico e social de determinadas regiões do país e também um conjunto integrado de ações, são criadas instituições governamentais para isso, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

3.2 Criação e os objetivos da SUDENE

A criação da Sudene perpassa pela vida e as ideias de Celso Furtado, um dos mais renomados economistas do século XX e autor de diversas obras inovadoras que tratam a economia brasileira e de países latino-americanos e as políticas de desenvolvimento, como: “A formação econômica do Brasil”; “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”; “Pensamento Econômico Brasileiro”; dentre outros.

“Mais do que proferir um discurso político ou propagar uma teoria econômica, Celso Furtado buscava entender a razão da história, sua mola propulsora, procurava respostas para o atraso e a estagnação econômica do Brasil, tendo em vista as nações desenvolvidas. E a partir de sua crença, da necessidade da ação do intelectual, não apenas no mundo das ideias, mas também no mundo prático, a SUDENE surge como fruto da ação de um intelectual que se move a partir das ideias para a elaboração de soluções práticas para a superação do atraso brasileiro” (LIMA, 2020, p.2).

No ano de 1948, Furtado finalizou o seu doutorado em Economia pela Universidade de Paris e retornou para o Brasil, juntando-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Neste mesmo ano, foi criada no Brasil a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) pelo Congresso Nacional, com o objetivo de coordenar, orientar e fiscalizar ações governamentais e privadas voltadas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco – região que abrangia parte dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

A Comissão foi um instrumento importante para levar o desenvolvimento para essas regiões, atuando em atividades e obras “emergentes”, como as obras públicas consideradas urgentes ou de necessidade imediata para determinada região, devido a diversos fatores, como a seca.

As atividades envolviam a realização de obras de infraestrutura, construção de barragens, estradas e pontes, implantação de programas que incentivavam a produção de incentivos agrícolas e que posteriormente iria se tornar agropecuária e também promovia a capacitação técnica de trabalhadores com o objetivo de aumentar a produção e aumentar a qualidade dos produtos regionais.

No ano seguinte, em 1949, Furtado mudou-se para Santiago – Chile, para ingressar na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social das regiões da América Latina e posteriormente o Caribe.

Em 1952, no governo do Presidente Getúlio Vargas, são criadas duas instituições financeiras, que serviriam também como instrumento primordial para o Governo Federal promover o desenvolvimento econômico e social do país.

A primeira, fundada em junho de 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criada para garantir investimentos nos diversos segmentos da economia brasileira e financiamentos de longo prazo; a segunda, o Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB), criada em julho de 52, para atuar inicialmente no Polígono da Secas, prestando assistência a população atingida, por meio da oferta de crédito.

No mesmo ano, o governo brasileiro promove um acordo de colaboração entre (BNDES) e a CEPAL e constitui um grupo misto de estudo com a finalidade de realizar um diagnóstico sobre o Brasil e apresentar um projeto de desenvolvimento para o país.

A CEPAL representava um pensamento fortemente desenvolvimentista na América Latina e por conta da sua conexão intelectual com o órgão, Celso Furtado difundiu as ideias do órgão no Brasil.

Um dos princípios fundamentais que nortearam os estudos e estratégias de Furtado – que inclusive deu origem a criação da Sudene e ao plano de metas de JK – foi o pensamento do economista Raul Prebisch (Secretário-Executivo da CEPAL), que defendia que a industrialização somente seria capaz de levar o desenvolvimento econômico e social para os países subdesenvolvidos se fossem estimuladas pelo Estado.

Segundo Iglesias (2006), a ampliação e o fortalecimento do Estado eram um dos instrumentos básicos do pensamento e da política econômica defendida pela proposta cepalina.

A implantação das ideias de desenvolvimento tinha como base um conjunto de instrumentos e políticas específicas (tributária, cambial, incentivos fiscais com foco no desenvolvimento industrial e a atenção as demandas sociais geradas pela migração das pessoas do campo para as cidades).

Foi incumbido ao Estado o papel de protagonista, de responsável, pela mobilização de recursos financeiros e tecnológicos, bem como o planejamento e o desenvolvimento de determinados setores, através, inclusive da ampliação do Estado, com a criação de ministérios e órgãos específicas.

De acordo com Iglesias (2006), essa estratégia de desenvolvimento transformou profundamente o perfil econômico e social da América Latina: ao mesmo tempo em que se investiu no aumento da produção industrial e de empregos no setor público, ocorreu a redução da produção agrícola e a migração de pessoas das áreas rurais para os centros urbanos.

No entanto, Iglesias (2006) afirma que o Estado foi perdendo sua eficácia no papel de ser o “guia, estimulador, participante direto no desenvolvimento produtivo” a medida que passou a atender prioritariamente a interesses particulares de determinados agrupamentos e partidos políticos, grupos econômicos, líderes militares, etc. E esses, passam a fortalecer o seu poder econômico e político a partir do próprio Estado, sem que as instituições conseguissem impedir.

O resultado dessa tentativa de industrialização foi a perda progressiva de posições significativas frente a outros países, como os estados asiáticos, que tiveram uma maior eficiência nos seus processos e ficaram livre da influência de interesses particulares.

Outro fator que foi destacado, negativamente, foi quanto as políticas econômicas e sociais criadas, não pela natureza e objetivos dessas políticas, mas pela forma com que foram implantadas, que em grande medida não levaram em consideração as questões sociais e a redistribuição das riquezas.

A década de 1950 a 1960 marcou alguns dos momentos mais importantes da história de desenvolvimento do país – com a criação do plano de metas em 1956 – e um dos mais difíceis na história da região nordestina.

Com duas secas extremamente severas (em 51 e 58), a população nordestina sofria com a fome, a pobreza e altas taxas de desigualdade social e econômica. Nesse período, a população nordestina chegou a representar mais de 30% do total da população brasileira.

O Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, preocupado com a grave situação no Nordeste e tendo recebido denúncias de irregularidades e desvios de recursos e alimentos enviados pelo Governo Federal à população atingida, decide criar um grupo de trabalho denominado de GTDE – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste –, através do Decreto nº 40554, de 14 de dezembro de 1956, com a missão de formular um plano global para o desenvolvimento do Nordeste.

Esse grupo era composto por representantes do Banco do Nordeste, BNDES, Ministério da Aviação e Obras Públicas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Agricultura, da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura.

Até aquele momento, não existia qualquer espécie de planejamento integral que pudesse minimizar os danos causados pelo clima e ao mesmo tempo alavancar a economia e o desenvolvimento daquela região.

Nesse período, o que haviam eram ações pontuais, como o envio de suprimentos, recursos, construções de açudes de irrigação – realizados pelo DNOCS – Departamento

Nacional Contra as Secas –, e a contratação de centenas de trabalhadores locais para trabalhar nessas obras. Porém, essas medidas eram insuficientes.

A convite do Presidente Juscelino Kubistchek, em 1958, Celso assume a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desligando-se da CEPAL. E em seguida é escolhido como interventor do GTDE.

O grupo da origem ao CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – órgão orientador, extremamente importante e estratégico para o avanço das ações.

O Conselho Deliberativo era uma experiência completamente inovadora no Brasil, uma instância de tomada de decisões menos burocrática e que permitia a composição de um fórum de articulação interfederativo. Faziam parte do conselho os Ministros de Estado, os Governadores a região nordestina e, em alguns momentos, o Presidente da República.

Diferente da burocracia das administrações públicas, o Conselho era uma instância política de tomada de decisão, que englobava 2 entes federativos: o governo federal e os governos estaduais. Ele era a vanguarda da Sudene, e atuava na linha de frente, enquanto o projeto de criação da superintendência, enviado pelo executivo, era debatido pelo Congresso Nacional.

Como resultado do relatório apresentado pelo Conselho Deliberativo e o GTDE, é proposta a criação de uma Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, em 1959.

Segundo Furtado (1959), diversos fatores impulsionaram a narrativa pela defesa da criação da Sudene, incluindo a seca, a disparidade salarial, a migração de pessoas, a preferência de investidores do Nordeste para a região Centro-Sul, devido a condições mais atrativas, dentre outros:

1. A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, em lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional.
2. O ritmo de crescimento da economia nordestina, nos últimos decênios, vem sendo substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul. No decorrer do período que se inicia em 1948, a diferença tem sido, aproximadamente, de 1 para 2. Projetadas essas tendências, chegaremos a 1970 com uma renda de menos de 120 dólares no Nordeste e de cerca de 440 no Centro-Sul.
3. As causas profundas que respondem pela tendência secular ao atraso da economia nordestina – escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração de renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semiárido – vieram adicionar-se outras, de tipo circunstancial, decorrentes da política de industrialização seguida no último decênio.
4. (...) O setor privado transfere recursos do Nordeste principalmente nos anos bons; recursos que saem da região em busca de melhores oportunidades de investimentos oferecidas pelo Centro-Sul. (FURTADO, 1959)

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, com sede na cidade de Recife – Estado do Pernambuco. Ela é vinculada ao Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional e tem como finalidade a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional nas economias nacional e internacional.

A Sudene foi criada através Lei nº 3692 de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, e promulgada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e englobava todos os municípios dos 9 estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e a Zona Mineira do Polígono das Secas.

A autarquia atua, de um lado, como uma agência planejadora, e, de outro, como um órgão de mobilização de recursos, como um banco, e, portanto, com muito mais flexibilidade.

De acordo com a Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, no seu Art 2º, a Sudene tem por finalidades:

- Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- Supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
- Executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
- Coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira ao Nordeste

Segundo a Revista Política de Planejamento Regional – RPPR (2019), a partir do golpe militar, em 1964, a Sudene deixa de ser subordinada diretamente a presidência da República e passa a ser vinculada ao Ministério Extraordinário para Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR).

Em 1967, com a criação do Ministério do Interior (MINTER), ocorre a desvinculação de diversos órgãos e autarquias públicas de outros ministérios e essas passam a ser vinculadas a este, incluindo a Sudene que permanece no MINTER até 1990, sem alteração formal das suas competências.

O Ministério do Interior é extinto em 1990, e a partir daí, anexa-se a Secretaria de Desenvolvimento Regionais as funções da política de Desenvolvimento Regional e somente em 1991 a Sudene passa a ser vinculada formalmente a Secretaria, através do Decreto nº 79 de 1991.

Em 1995 ocorre uma nova mudança na estrutura ministerial da União e a Sudene é transferida para o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

No ano de 1999, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso promove uma reestruturação administrativa, que inclui a criação do Ministério da Integração Nacional, que passa a ser responsável por liderar e coordenar as ações de desenvolvimento regional no país. Com isso, a Sudene passou a ser subordinada ao novo ministério e teve suas atribuições e funções redefinidas.

Diante das denúncias de irregularidades em convênios firmados entre a Sudene e algumas prefeituras da região nordestina e após a instalação de uma operação pela Política Federal (operação Navalha) que investigava um esquema de corrupção envolvendo as obras públicas, as atividades da Sudene são suspensas.

Através da Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001, o Presidente Fernando Henrique extingue a Sudene e no mesmo ato normativo institui ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

No entanto, o Deputado João Paulo Cunha (2006) afirma que a extinção da autarquia, como no caso da Sudam, foi para abafar os desvios de 1,4 bilhões de reais em 653 projetos e que as ações consistiam na emissão de notas falsas que comprovassem que os recursos recebidos pelo Fundo haviam sido aplicados. Além disso, também foram apontados indícios de graves irregularidades em obras do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e que consumiram, em alguns projetos, o dobro do valor que deveria ter custado.

“Ao invés de acabar com a corrupção que imperava na Sudam e colocar os culpados na cadeia, o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu extinguir o órgão”. (CUNHA, 2006)

Além disso, o deputado afirma que o governo do ex-presidente Fernando Henrique assim que assumiu a Presidência realizou ações que facilitavam a corrupção, como a extinção da Comissão Especial de Investigação, que tinha como objetivo investigar e combater a corrupção.

Em 2001, o então presidente Fernando Henrique, para impedir a instalação da CPI da Corrupção, cria a Controladoria-Geral da União, órgão que se especializou em abafar denúncias, segundo Cunha (2006).

Em 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato envia para o Congresso Nacional uma proposta para a recriação da Sudene, dessa vez, com novos requisitos e instrumentos que possam permitir o controle externo da autarquia e que garantam a participação de segmentos da sociedade nas decisões das instituições e na definição dos projetos prioritários.

O Projeto de Lei Complementar 76/2003 tramita pelo processo legislativo das duas casas e, após ser aprovado, é enviado para sanção presidencial. Em 3 de janeiro de 2007, a Sudene é recriada e a ADENE é extinta, através da Lei Complementar nº 125.

Ao longo dos anos, outros projetos foram sendo apresentado ao Congresso Nacional, com o intuito de incluir novas regiões e novos municípios na área de atuação da Sudene. Como é caso da Lei Complementar nº 185, de 6 de outubro de 2021, que ampliou a área de abrangência da Sudene e inclui municípios de 120 municípios de Minas Gerais e 4 municípios do Espírito Santo.

A Revista de Política e Planejamento Regional – RPPR (2019) destaque que a tarefa da nova Sudene vai muito além da oferta de incentivos fiscais, ela envolve um projeto forte de desenvolvimento e fortalecimento das regiões de forma sustentável, de forma inclusive a contribuir para o fortalecimento da sua imagem que foi prejudicado em anos anteriores.

(...) a missão da nova Sudene vai muito além de geração de empregos ou oportunidades fiscais para os pequenos negócios locais. As diretrizes e objetivos estratégicos vão desde fortalecer a região, dando base para que as pessoas e as empresas consigam crescer, propondo-se a investir em qualificação e excelência na gestão, partindo para uma economia mais sustentável, até a proposta de fortalecimento da sua imagem, buscando recuperar a credibilidade que fora perdida antes mesmo de sua extinção. (RPPR, 2019, p. 164 - 183).

Atualmente o território de atuação da nova Sudene contempla todos os estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rondônia, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia), além de 249 municípios do Estado de Minas Gerais e 31 municípios do Estado do Espírito Santo, totalizando 2074 municípios. E está vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Entre as principais atribuições da Sudene estão a formulação de planos e diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação e o apoio, em caráter complementar, a investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais.

Somadas a essas atribuições, também é responsabilidade da entidade a promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental do semiárido por meio da adoção de políticas diferenciadas para a sub-região, conforme o artigo 4º da lei de criação da Sudene.

A Sudene hoje possui 4 instrumentos de ação:

1. O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE;
2. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE;
3. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE; e

4. Outros instrumentos definidos em lei.

É por meio do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE que é realizado a materializado os objetivos e diretrizes da nova Sudene, que é um é um instrumento de planejamento do desenvolvimento.

O PRDNE tem como base seis eixos estratégicos: 1 - Inovação, 2 - Desenvolvimento de capacidades humanas, 3 - Dinamização e diversificação produtiva, 4 - Desenvolvimento social, 5 - Conservação Ambiental e Segurança Hídrica e 6 - Desenvolvimento institucional.

Esses eixos buscam alcançar o desenvolvimento sustentáveis nas áreas de atuação da Sudene, de forma integrada aos planos nacionais, estaduais e locais de desenvolvimento.

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), criado através da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e atualizado pela Lei Complementar nº 125 de 2007, determina que o fundo será administrado exclusivamente pela Sudene e operacionalizado pelas intuições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Esse fundo tem o objetivo de garantir recursos a autarquia realizar o financiamento de projetos e empreendimentos de grande relevância para a economia regional, como projetos de melhoria de infraestrutura, serviços públicos e arranjos produtivos que possam gerar novas oportunidades de negócios e empregos para a população.

A definição dos projetos prioritários terá como base as orientações do ministério da integração e a proposta da secretaria-executiva da Sudene, e serão definidos no ano anterior a aplicação dos recursos.

O fundo receberá recursos do Orçamento Geral da União, das transferências de outros fundos destinados a ajudar o desenvolvimento regional, a venda de ativos, os dividendos de ações (resultados financeiros) e outros recursos previstos em lei. E precisará destinar obrigatoriamente 1,5% de cada parcela liberada pela Sudene para o custeio de atividades em pesquisa e tecnologia em áreas de interesse do desenvolvimento regional.

A escolha dos projetos prioritários fica a cargo do Conselho Deliberativo, conforme Art. 3 da Lei complementar nº 125/2007, que estabelece: “§ 1º O Conselho Deliberativo disporá sobre as prioridades de aplicação dos recursos do FDNE, bem como sobre os critérios adotados no estabelecimento de contrapartida dos Estados e dos Municípios nos investimentos”.

Também serão observados, como critério para definição dos projetos prioritários, o PNDR e os aspectos socioeconômicos de cada região, como renda per capita, a pobreza, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a capacidade de arrecadação de cada estado da região.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulado pela lei nº 7.827 de 1989. Ele é administrado pelo Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional e a Sudene, é operado exclusivamente pelo Banco do Nordeste e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua.

Esse fundo é destinado ao financiamento de empreendimentos de infraestrutura e projetos no semiárido e também aos programas de financiamento para produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, infraestrutura, turismo, empreendimentos nos setores comerciais e de serviços, e tem como foco os pequenos empreendedores rurais e urbanos. Além de estudantes de cursos superiores e educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) recebe recurso de várias fontes, por exemplo através de uma porcentagem sobre a arrecadação do imposto de renda, também sobre o imposto sobre produtos industrializados; retorno das aplicações feitas pelo fundo; doações nacionais e estrangeiras, dotação orçamentária, dentre outros.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é a instituição que opera esse fundo. Ela é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto e tem mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. A instituição atua mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos e prestação de assistência às populações da área da Sudene, por meio da oferta de crédito.

Em resumo, os recursos da Sudene são provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), que é elaborado anualmente pelo Governo Federal e aprovado pelo Congresso Nacional e definidos de acordo com as necessidades de investimentos em projetos de desenvolvimento e infraestrutura das regiões. Além disso, também recebe recursos de outras fontes, como o FNE, o FDNE, emendas parlamentares, entidades internacionais, além de poder captar recurso através de iniciativa privada.

A distribuição dos recursos é feita através de convênios e contratos da Sudene com estados e municípios que fazem parte da sua região de atuação, e também através de instituições bancárias, para financiar projetos nas áreas de infraestrutura, comércio, agricultura, educação, turismo, etc.

3.3 Atuação da SUDENE nas regiões

A estrutura física da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene é composta por uma sede que ficará na cidade de Recife, Estado do/ Pernambuco, e um escritório de representação em Brasília – Distrito Federal.

A sede é composta por vários departamentos, sendo eles um dos responsáveis pela parte técnica/ operacional da autarquia: a Diretoria Administrativa; Diretoria de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos; Diretoria de Planejamento e Articulação Política; Procuradoria Federal; Auditoria Geral; Coordenação Geral de Gestão Institucional; Ouvidoria, o Gabinete da Superintendência.

3.3.1 Projetos e Pesquisas realizados

A Sudene realiza ações e desenvolve projetos em diversas áreas de cooperação e articulação, projetos de pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação, que visem fortalecer e ampliar a base produtiva regional, gerar emprego, aumentar a competitividade, estimular novos empreendimentos, aproximar universidades e centros de pesquisa, elaborar ações direcionadas para auxiliar nas principais demandas dos municípios.

Dentre as áreas de apoio e desenvolvimento de projeto estão:

- **Infraestrutura:** com a construção e manutenção de rodovias, portos e aeroportos, ferrovias, pontes e outros que visem melhorar a conectividade e acessibilidade das regiões, além de construção de sistema de abastecimento de água e esgoto, etc.
- **Agricultura:** desenvolvimento de projetos de irrigação, incentivo a agricultura familiar, projeto de produção de mudas e reflorestamento, fortalecimento da produção de alimentos, além da promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, levando em conta a proteção ambiental, a utilização consciente dos recursos hídricos, a observância aos resíduos, etc.
- **Energia:** incentivo à produção de energia renovável, como projetos de implantação de energia eólica, solar, construção de usinas hidrelétricas e termelétricas.
- **Educação:** promoção e incentivo a projetos de capacitação técnica e desenvolvimento de pesquisas e programas científicos, tecnológicos e de capacitação profissional; treinamento para melhorar a competitividade dos empreendimentos e a oferta de cursos especializados para trabalhadores locais desenvolverem determinadas habilidades.
- **Turismo:** promoção do turismo como forma de diversificação da economia regional e alavancagem de outros setores afins (como setor hoteleiro e alimentício); apoio e promoção de eventos culturais, de valorização do patrimônio cultural e histórico das regiões; além do desenvolvimento de roteiros turísticos, etc.

Outra forma de promover o desenvolvimento das regiões, são também através dos benefícios e incentivos fiscais, como descontos para empresas se estabelecerem em determinada região ou para ampliarem os investimentos em empresas já instaladas.

3.3.2 Incentivos e Benefícios Fiscais

Através da Sudene, os municípios poderão ter acesso a benefícios e incentivos fiscais, que poderão impulsionar o desenvolvimento econômico e social das regiões, como isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, para projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos; a redução de 75% do IRPJ para novos empreendimentos; Reinvestimento de 30% (trinta por cento) do IRPJ – com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Além disso, conta também com uma linha de crédito especial para a população que vive na área de atuação da Sudene, sendo um grande apoio para o setor e arranjos produtivos; para pequenos empreendedores e trabalhadores informais; e também recursos para realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos.

A lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2020, estabelece quais são os incentivos serão ofertados pela Sudene, quem é o público que poderá acessar esses incentivos e o prazo limite para a aprovação dos projetos beneficiados, sendo eles:

- a) Redução de 75% do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais não restituíveis

O incentivo é destinado a novos empreendimentos (que se instalem e entrem em operação) ou empreendimentos já instalados que queiram ampliar, modernizar ou diversificar sua linha de produção.

O benefício vale por 10 anos e é exclusivo aos setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, como infraestrutura, turismo, agroindústria, agricultura, indústria, produção de máquinas e equipamento, dentro outros, conforme art. 2º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

Art. 2º - São considerados prioritários para fins dos benefícios de que trata o art. 1º, os empreendimentos nos seguintes setores:

I - de infra-estrutura, representados pelos projetos de energia, telecomunicações, transportes, instalação de gasodutos, produção de gás, abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II - de turismo, considerando os empreendimentos hoteleiros, centros de convenções e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos, localizados em áreas prioritárias para o desenvolvimento regional;

III - da agroindústria vinculados à agricultura irrigada, piscicultura e aqüicultura;

IV - da agricultura irrigada, da fruticultura, em projetos localizados em pólos agrícolas e agroindustriais objetivando a produção de alimentos e matérias primas agroindustriais, voltados para os mercados internos e externos;

V - da indústria extrativa de minerais metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da região;

VI - da indústria de transformação, compreendendo os seguintes grupos:

- a) têxtil, artigos do vestuário, couros e peles, calçados de couro e de plástico e seus componentes;
 - b) produtos farmacêuticos, considerados os farmoquímicos e medicamentos para uso humano;
 - c) fabricação de máquinas e equipamentos (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos), considerados os de uso geral, para a fabricação de máquinas-ferramenta e fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico;
 - d) minerais não-metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânico;
 - e) químicos (exclusive de explosivos) e petroquímicos, materiais plásticos, inclusive produção de petróleo e seus derivados;
 - f) de celulose e papel, desde que integrados a projetos de reflorestamento; de pastas de papel e papelão;
 - g) material de transporte;
 - h) madeira, móveis e artefatos de madeira; e
 - i) alimentos e bebidas;
- VII - da eletro-eletrônica, mecatrônica, informática, biotecnologia, veículos, componentes e autopeças; e
- VIII - da indústria de componentes (microeletrônica).
- (GOVERNO FEDERAL, 2002)

A pessoa jurídica titular do empreendimento deve ser optante da tributação com base no lucro real. A opção pelo Lucro Real é adotada quando o lucro efetivo (Lucro Real) é inferior a 32% do faturamento no período de apuração. Para cálculo do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, a alíquota é de 15% para lucro de até R\$20.000,00 mensais, e 25% nos casos em que o lucro for superior a esse valor no mesmo período.

b) Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)

Para usufruir desse incentivo é necessário que o empreendimento pertença a uma das áreas prioritárias definidas pelo Decreto nº 4213 de 26 de abril de 2002, além disso, precisa ser optante da tributação com base no lucro real.

O incentivo é destinado a empreendimentos em operação, que estejam na área da Sudene – que estejam ou não usufruindo da redução de 75% do IR – e é destinado para projetos que busquem a modernização ou complementação da compra de equipamentos, incluindo os custos de montagem e instalação.

Para ambos os casos (a e b), o prazo limite para aprovação do projeto e recebimento do benefício é até 31 de dezembro de 2023.

c) Isenção de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica

Nessa modalidade o empreendimento deve atender a 2 pré-requisitos, além de pertencer a uma das áreas prioritárias, ele deve se limitar a fabricação de equipamentos, máquinas, instrumentos e dispositivos que fomentem a tecnologia digital.

3.4 Inclusão da região Vale do Rio Doce (MG) na área de atuação da SUDENE

A região do Vale do Rio Doce está localizada no Sudeste do país e ao leste do Estado de Minas Gerais, na bacia hidrográfica do Rio Doce. Ela é marcada pela presença do Rio Doce, o 6º maior rio do Estado de Minas Gerais e percorre uma extensão de 853 km até o mar, dos quais 86% ficam no estado de Minas Gerais e o 14% no estado do Espírito Santo. Além disso, a bacia abrange um total de 229 municípios, sendo que 203 deles estão em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo (CBH DOCE, 2016).

“O rio recebe o nome de Doce no encontro dos rios Carmo e Piranga, abaixo da cidade de Ponte Nova, Minas Gerais, e sua foz se localiza no município Linhares, Espírito Santo”. (CUPOLILLO, 2008, P.13).

Abrange uma área de aproximadamente 26 mil km² e uma população de mais de 775 mil habitantes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundos os dados do Governo de Minas Gerais (2017), o Território do Vale do Vale do Rio Doce (VRD) é a 5ª região mais pobre do Estado, ficando atrás apenas do Jequitinhonha, região do Caparaó, Mucuri e Norte de Minas.

O Território Vale do Rio Doce tem a quinta maior proporção de pobres do Estado (44,61%) e também a quinta maior proporção de extremamente pobres (18,77%). A renda per capita referente a agosto de 2010 foi de R\$ 514,35, correspondendo à quinta pior do Estado, atrás dos Territórios Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Norte e Mucuri (GOVERNO DE MINAS, 2017).

Segundo apontamentos do Prof. Dr. Haruf, a característica dominante da região é de completa estagnação, redução da expectativa de vida em comparação com a média do Estado Mineiro. A região ainda possui uma característica marcante de migração de pessoas para destinos principalmente internacionais (como Estados Unidos e Portugal), em busca de emprego e melhores condições financeiras.

Alguns municípios dessa região ainda conseguem ter alguma diversidade nos setores produtivos e de serviços, apesar do número ainda ser irrisório. A grande maioria das cidades tem um número expressivo de pessoas vivendo com até 1/2 salário mínimo e em relação a atividade profissional já é o contrário, o número de pessoas ocupadas, segundo o IBGE é muito baixo. Em muitos municípios, a principal fonte de emprego são as prefeituras municipais.

Esses fatos foram fundamentais para iniciar uma mobilização popular e política para que a região fosse incluída na área de atuação da Sudene.

A primeira tentativa de incluir a região do Vale do Rio Doce na área de atuação da autarquia ocorre em 2002, quando ainda era ADENE, através da Sugestão Legislativa 55/2002

apresentada pela Comissão Legislativa de Participação da Câmara dos Deputados, por sugestão da Associação Comunitária de Chonin de Cima, situada no distrito do município de Governador Valadares.

A mesa diretora da Câmara dos Deputados transforma a sugestão 55/2002 no Projeto de Lei Nº 7.368/2002, que posteriormente foi arquivado, pois quando o processo foi concluído a ADENE já havia sido extinta e recriada a Sudene. Nesse caso, a proposição é arquivada pelo fato do objeto solicitado já não existir e projeto ter se transformado em uma matéria prejudicada de acordo com o regimento interno da Câmara dos Deputado.

Em 2015, surgiu uma nova iniciativa legislativa, o Projeto de Lei nº 1989, de autoria do Deputado Federal Leonardo Monteiro, que solicita a ampliação da área de atendimento da Sudene e incluindo os municípios do Vale do Rio Doce no projeto.

Por tratar de um projeto cujo conteúdo se assemelhava a outro que já tramitava na casa legislativa – PLP 76/2007, de autoria do Deputado José Aparecido – aquele projeto foi apensado¹ a este.

Na Câmara dos Deputados, quando uma proposição se assemelha a outra cujo processo já está tramitando na casa, a mesa diretora da Câmara determina que a proposta legislativa apresentada em data mais antiga prevaleça sobre as mais recentes, e assim as mais novas são apensadas a matéria principal antiga.

O PLP tramitou por 14 anos no Congresso Nacional, de 2007 a 2021 e houve inicialmente uma forte resistência da bancada de deputados e senadores do Nordeste para a aprovação desse projeto.

Após a aprovação na Câmara dos Deputados, em 2017, ocorre a primeira tentativa de aprovação no Senado em 2018. Com votos contrários, por parte dos deputados do Nordeste, a Comissão de Constituição e Justiça rejeita o relatório do Senador mineiro Aécio Neves e designa um novo relator. Na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto também recebe relatório pela rejeição por parte do relator pernambucano Senador Armando Monteiro. Porém, devido ao fim do mandato o relatório não chega a ser votado.

Em 2021, a Presidência do Senado Federal passa a ser comandada pelo Senador mineiro Rodrigo Pacheco, que decide pela inclusão do projeto na ordem do dia e já nomeia um relator de plenário, o Senador mineiro Carlos Viana, que concluí a relatoria defendendo a aprovação do projeto. No mesmo mês de maio o projeto é debatido, votado e aprovado pelo Senado, com

¹ A apensação é um instrumento das casas legislativas que permite que a tramitação das proposições ocorra de forma conjunta, por se tratar de assuntos iguais ou semelhantes.

resultado de 57 votos favoráveis, 9 contrários.

O senador Marcelo Castro, do Estado do Piauí, contrário a aprovação do projeto, afirmava que a ampliação da área de atuação da Sudene levaria distorções e desvio ao objetivo inicial que o órgão foi criado.

“Pequenas modificações vão deformando, distorcendo, perdendo o objetivo, o sentido daquilo para o qual o órgão foi criado. Meu voto será contrário” [ao projeto]. (CASTRO, 2021)

Assim com o senador cearense Tasso Jereissati, que apontou que era contrário à aprovação, porque a inclusão de outros municípios, fora do Nordeste, estaria descaracterizando a “única ferramenta de desenvolvimento” que a região teria.

“A Sudene já não tem recursos, já está totalmente esvaziada e deixa de ser uma superintendência de desenvolvimento do nordeste brasileiro. Vamos fazer um plano de desenvolvimento do leste de Minas, mas estamos descaracterizando a última e única ferramenta de desenvolvimento que temos. Vamos estabelecer programas específicos para as demais regiões”. (JEREISSATI, 2021)

Já o senador mineiro Carlos Viana (2021) defende a aprovação justificando que a inclusão não acarretaria em maior alocação de recurso para o estado mineiro, o que ocorreria era a ampliação dos municípios na área de incentivos da Sudene, mas com o mesmo recurso já resguardado para o Estado. Esse foi um fator muito importante para a aprovação do projeto.

“Esse projeto não muda regra de divisão dos recursos da Sudene. Pedimos que Minas possa aumentar o número de cidades utilizando os mesmos recursos que já vão para Minas, nada mais. Esse é um compromisso que temos aqui firmado. Pedimos solidariedade a municípios com IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] muito baixo e que competem de forma desigual com parceiros. Os fundos têm que ser valorizados, mas as cotas não serão retiradas de nenhum estado participante. O que estamos pedindo aqui é que mais municípios de Minas Gerais possam ter acesso à cota de Minas Gerais; [são municípios] que foram deixados de fora em decisão anterior que ampliou a área de atuação da Sudene no estado. (VIANA, 2021)

Em 2021, o projeto finalmente foi aprovado nas duas casas legislativas (Câmara e Senado) e seguiu para sanção do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que o vetou alegando questões fiscais e aumento de despesas. O projeto vetado voltou para as duas casas e o veto foi derrubado, tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado, transformando-o na Lei Complementar nº 185 de 6 de outubro de 2021.

4. DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO ESTUDADA: O VALE DO RIO DOCE

4.1 Caracterização da região

A região é formada por vários vales² e um clima tropical, com duas estações bem definidas, uma estação chuvosa – que ocorre no verão – e uma estação de seca – que ocorre no inverno. “O macro clima de Minas Gerais se caracteriza por uma sazonalidade responsável por duas estações distintas e bem definidas, um verão úmido e quente e um inverno seco e ameno, bem como outras duas de transição, o outono e a primavera”. (CUPOLILLO, 2008, p.26)

Espíndola (2015) reforça que o comportamento padrão da região pode sofrer alteração, por conta das secas sazonais e estiagens prolongadas – que podem avançar sobre os meses de setembro e outubro –, ou pela incidência de veranicos, caracterizados por um período de estiagem, acompanhado por um calor intenso, forte insolação e baixa umidade relativa em plena estação chuvosa ou em pleno inverno. Ele ainda diz, que: “Chove, em geral, relativamente pouco nesses fundos de vales – em torno de 1.000 a 1.200 mm – o que, aliado a temperaturas elevadas, dá um forte valor de evaporação” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 168).

Segundo Cupolillo (2008), “o clima de uma região é fator preponderante de influência na sociedade em atividades como: a agricultura, a produção de energia, o abastecimento de água, entre outras”. (CUPOLILLO, 2008, p.8)

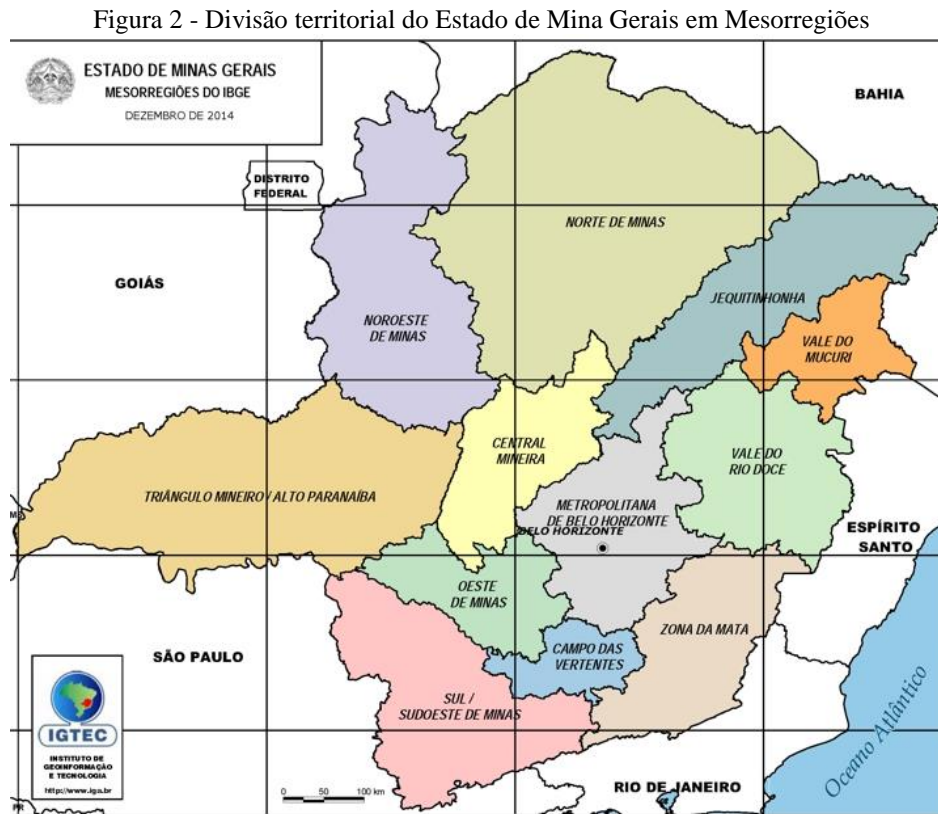
A Mata Atlântica é o bioma predominante dessa região, abrigando uma variedade de espécies animais e vegetais. A região também apresenta um relevo diversificado, com áreas planas, colinas e montanhas. E possui diversos recursos calcários, minerais, como mica, calcário, minério de ferro, além de pedras preciosas e semi-preciosas.

Ao longo dos anos, diversas foram as nomenclaturas dadas a região, como Médio Rio Doce, Bacia do Rio Doce, região Leste de Minas, região do Vale do Rio Doce, região de Governador Valadares, etc.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2017, dividia o estado em mesorregiões e microrregiões, agrupando os municípios conforme suas similaridades sociais e econômicas. E por isso, é comum verificar-se em diversos livros e publicações a denominação das 12 mesorregiões do estado (figura 2) como sendo: Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Zona da Mata, Central, Campo das Vertentes, Sul/ Sudeste de Minas, Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Norte

² Depressões ou áreas deprimidas, geralmente formadas pelo processo de erosão de rios ou geleiras

de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e suas respectivas microrregiões.



Fonte: IBGE, 2014.

A partir de 2017, o IBGE promove uma atualização em sua classificação regional, adotando utilizada uma nova metodologia para dividir o território brasileiro em regiões geográficas.

Essa nova classificação passou a classificar o país em três níveis hierárquicos: as regiões geográficas imediatas, as regiões geográficas intermediárias e as regiões geográficas do Brasil

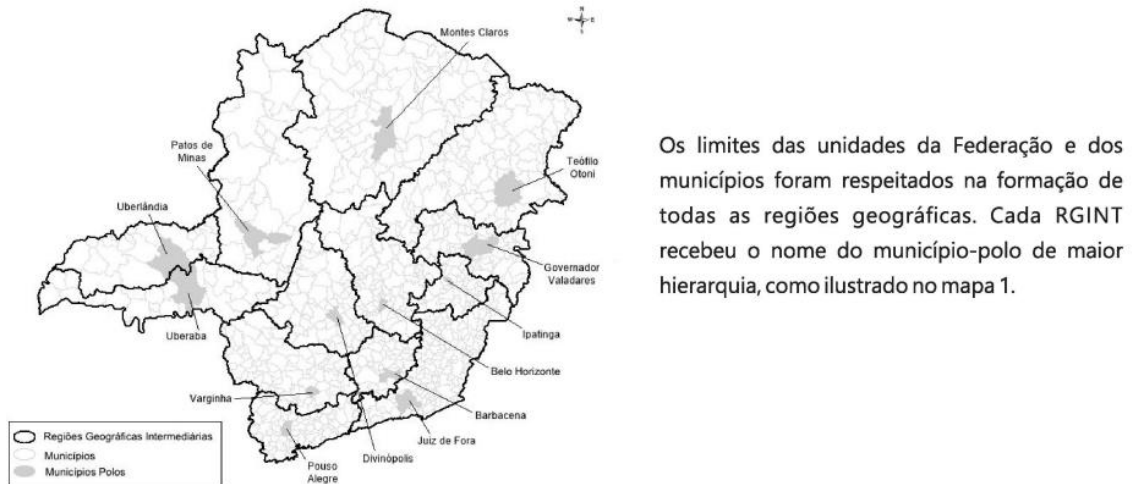
As regiões geográficas dizem respeito à divisão do território brasileiro que considera aspectos naturais, históricos, econômicos, culturais e políticos, sendo: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul.

As mesorregiões e microrregiões foram substituídas pelas regiões geográficas imediatas e intermediárias, que levam em conta fatores socioeconômicos, geográficos e culturais. A mudança foi feita para permitir informações mais precisas e atualizadas, facilitando os estudos e análises sobre a região e o planejamento de políticas públicas.

As regiões intermediárias correspondem a um agrupamento de regiões geograficamente imediatas que apresentam características socioeconômicas e culturais semelhantes. Elas foram criadas para permitir a identificação de padrões regionais e facilitar a análise e comparação entre as regiões.

Em Minas Gerais são 13 as regiões geográficas intermediárias (figura 3): Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares (antiga mesorregião do Vale do Rio Doce), Ipatinga, Juiz de Fora, Barbacena, Varginha, Pouco Alegre, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas e Divinópolis.

Figura 3 - Mapa das Regiões Geográficas Intermediárias em Minas Gerais e seus municípios-polo.



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

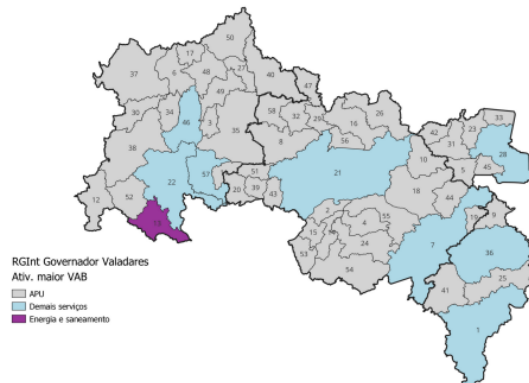
Já as regiões imediatas foram delimitadas a partir dos centros urbanos pólos, que atendem as necessidades imediatas da população, como serviços de saúde e educação, compras, busca de trabalho, atendimento de serviços públicos, etc. Elas correspondem a área que tem como referência um município central. São compostas por 1 ou mais municípios contínuos e tem como principal critério a proximidade geográfica e as relações de interdependência, sendo 70 regiões imediatas em Minas Gerais.

Atualmente, a Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Governador Valadares (Região do Vale do Rio Doce), presente na figura 4, tem mais de 775 mil habitantes e ocupa uma área territorial de 26.030,14 km², equivalente a 4,44% da área total do estado. Além disso, é composta por 58 municípios agrupados em 4 regiões geográficas imediatas: Governador Valadares, Guanhães, Mantena e Aimorés-Resplendor, de acordo com a Fundação João Pinheiro³ (2021).

³ Órgão oficial do Estado de Minas Gerais com atribuição exclusiva para tratar das linhas divisórias municipais e distritais no estado, conforme a Lei Estadual nº 22.289/2016.

Figura 4 - Mapa da divisão territorial da macrorregião e microrregião do Rio Doce (RGInt de Governador Valadares)

Legenda: 1-Aimorés; 2-Alpercata; 3-Cantagalo; 4-Capitão Andrade; 5-Central de Minas; 6-Coluna; 7-Conselheiro Pena; 8-Coroaci; 9-Cuparaque; 10-Divino das Laranjeiras; 11-Divinópolis; 12-Dom Joaquim; 13-Dores de Guanhães; 14-Engenheiro Caldas; 15-Fernandes Tourinho; 16-Frei Inocêncio; 17-Frei Lagonegro; 18-Galliléia; 19-Goiabeira; 20-Gonzaga; 21-Governador Valadares; 22-Guanhães; 23-Itabirinha; 24-Itanhomi; 25-Itueta; 26-Jampruca; 27-José Raydan; 28-Mantena; 29-Marilac; 30-Materlândia; 31-Mendes Pimentel; 32-Nacip Raydan; 33-Nova Belém; 34-Paulistas; 35-Peçanha; 36-Resplendor; 37-Rio Vermelho; 38-Sabinópolis; 39-Santa Efigênia de Minas; 40-Santa Maria do Suaçu; 41-Santa Rita do Itueto; 42-São Félix de Minas; 43-São Geraldo da Piedade; 44-São Geraldo do Baixo; 45-São João do Manteninha; 46-São João Evangelista; 47-São José da Safira; 48-São José do Jacuri; 49-São Pedro do Suaçu; 50-São Sebastião do Maranhão; 51-Sardoá; 52-Senhora do Porto; 53-Sobrália; 54-Tarumirim; 55-Tumiritinga; 56-Mathias Lobato; 57-Virginópolis; 58-Virgolândia;



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

Dentro dessa macrorregião, apenas 5 municípios que possuem áreas acima de 1 mil km² (Governador Valadares, Guanhães, Aimorés, Resplendor e Conselheiro Pena) – e os outros 53 municípios possuem área inferior a 1 mil km². Desse conjunto, 23 são distrito-sede, ou seja, não possuem subdivisões e os outros 35 possuem divisão distrital.

As quatro microrregiões apesar de pertencerem a uma única macrorregião, possuem características distintas consideráveis, seja no clima, no perfil econômico, no tipo de solo, no estilo de organização social, na cultura e influências, no sotaque, etc.

Por isso, neste trabalho o foco será na região imediata de Governador Valadares (microrregião de Gov. Valadares), cujo território é composto por 24 municípios, conforme informações do IBGE (2023) e da Fundação Joao Pinheiro (2021).

A região Intermediária de Governador Valadares (Vale do Rio Doce) é cortada por importantes rodovias do país, como a BR 381, rodovia federal conhecida como “Rodovia da Morte”, que liga a capital de Belo Horizonte ao município de Governador Valadares (polo regional), mas também corta diversos estados de Norte a Sul do país.

Outra importante rodovia federal é a BR 116, conhecida como “Rodovia Presidente Dutra”, que liga o Estado de São Paulo a ao Estado de Fortaleza e passa por diversas cidades do Vale do Rio Doce. E a BR 259 que passa pela região e liga João Neiva (ES) a João Monlevade (MG), passando por Colatina (ES) e Governador Valadares (MG).

Além dessas 3 rodovias federais, que garantem uma posição estratégica para a região, também temos a MG-259, uma rodovia estadual que liga a região de Itambacuri (Vale do Mucuri) a Aimorés (Vale do Rio Doce/ divisa com o Estado do Espírito Santo).

A região do Vale do Rio Doce conta ainda com um aeroporto regional, situado no município de Governador Valadares, e uma ferrovia, que realiza o transporte de passageiros da

capital mineira – Belo Horizonte – a capital capixaba – Vitória, e vice-versa, com diversos pontos de embarque e desembarque. Porém, o foco principal da linha férrea é o escoamento do minério de ferro de Itabira até o Porto de Vitória (ES).

4.1.1 Principais atividades econômicas

De acordo com o IBGE (2020), considerando toda a macrorregião, apenas nove municípios têm como atividade predominante o setor de serviços, (Governador Valadares, Conselheiro Pena, Aimorés, Inhapim, São João Evangelista, Guanhães, Mantena, Resplendor, Virginópolis).

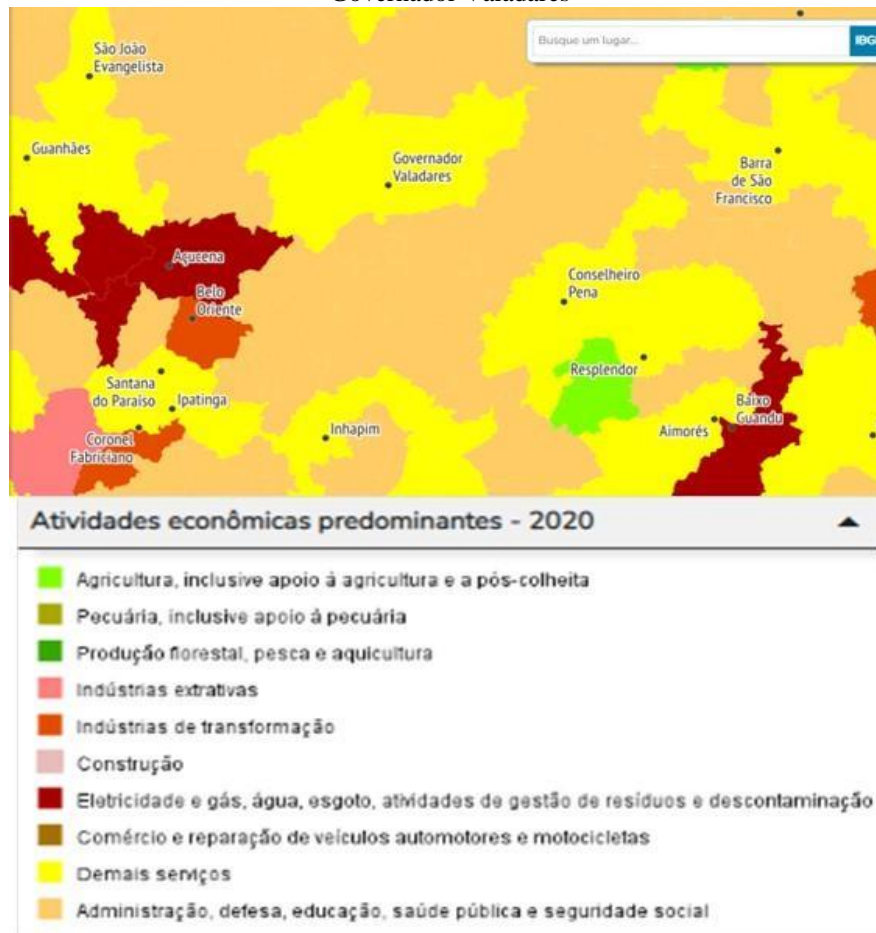
Esse setor é composto por atividades econômicas públicas e particulares que envolvem o comércio, transporte, serviços financeiros, educacionais, de saúde, de comunicação, etc. Essas atividades não produzem bens tangíveis em si, mas sim serviços e experiências para os consumidores.

Dentro da macrorregião, apenas dois municípios se diferem na predominância atividade de serviços. Um dele é o município de Santa Rita do Itueta, cuja predominância é a produção de lavoura de café e o outros é o município de Dores de Guanhães que se encaixa na categoria de atividade econômica predominante de eletricidade e gás, água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação.

A grande maioria dos municípios dessa região são denominados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como Áreas de Ponderação de Unidade (APUs), que significa que a maioria dos indivíduos desses municípios se dedicam a atividades não classificadas em nenhuma categoria específica, ou seja, não exercer uma atividade econômica definida (figura 5).

Na maioria dessas cidades os maiores empregadores são os entes públicos, como prefeituras e câmaras municipais. Além disso, uma parcela significativa da população recorre aos recursos de programas de transferência de renda do Governo Federal ou a recursos oriundos de fontes externas, devido à falta de emprego e oportunidades nessas localidades.

Figura 5 - Mapa com as principais atividades econômicas de parte da região intermediária (macrorregião) de Governador Valadares



Fonte: IBGE, 2020.

O relatório da Fundação João Pinheiro (2022), tabela 4, reforça os dados do IBGE (2020) quanto a predominância do setor de serviços/ comércio na Região Intermediária de Governador Valadares (microrregião).

Tabela 4 - Principais setores econômicos da RInt de Governador Valadares

% por ano	Serviços	Indústria	Agropecuária
2010	77,7%	15,2%	7,1%
2011	77,8%	14,3%	7,9%
2012	79,8%	12,1%	8,1%
2013	79,9%	11,6%	8,5%
2014	80,1%	11,5%	8,4%
2015	81,3%	11,4%	7,3%
2016	81,6%	10,5%	7,9%
2017	83,2%	10,2%	6,6%
2018	84,1%	10,4%	5,5%

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

A cada ano o setor de serviços apresenta um aumento gradual e no relatório da FJP (2022) o destaque fica para as atividades imobiliárias e do comércio, serviços de intermediação financeira, empresas de comunicação e informação, alimentação e atividades profissionais. Já o setor da construção civil perde força, bem como a produção de produtos de origem láctea.

De acordo com o relatório econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) – que apresenta informações econômicas básicas sobre a indústria no Estado de Minas Gerais e nas suas regionais –, em 2020 a região do Vale do Rio Doce apresentou um desempenho econômico muito inferior em comparação às outras regiões do estado, tendo tido um PIB per capita 3 vezes menor que a região mais proeminente do estado e assumindo a penúltima classificação no ranking de desempenho do PIB, perdendo apenas para a região do Vale do Jequitinhonha.

Ao analisar o quantitativo de vagas de trabalho ofertadas e de estabelecimentos industriais instalados em cada região, o desempenho do Vale do Rio Doce não é diferente. Em 2021, o número de vagas ofertadas pela indústria de toda região do Vale do Rio Doce ficou em 22.880 postos, ocupando o penúltimo lugar no ranking, com uma diferença de quase 20 vezes menos que a região metropolitana, com 475.285 postos de trabalho na indústria.

Quanto ao número de estabelecimentos industriais instalados na região, o resultado também foi preocupante, ocupando novamente a penúltima colocação do estado e com cerca de 10 vezes menos estabelecimentos do que a primeira região do estado. FIEMG (2021)

As informações sobre as atividades predominantes de uma região e o quanto ela oferta de emprego e renda são essenciais para entender a estrutura econômica dela e para poder realizar um planejamento de políticas públicas. Em uma região, por exemplo, com predominância no setor de serviços pode exigir políticas específicas para fomentar o desenvolvimento em outras atividades econômicas, como a agricultura e a indústria. Assim, garantindo a diversificação e o fortalecimento econômico da região, além de gerar novos empregos.

Essa ampliação dos setores produtivos contribui para o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e também ajuda a trazer maior estabilidade econômica para a região, levando a um crescimento mais equilibrado e estável.

4.1.2 Índices sociais, ambientais e econômicos

A região também possui preocupantes índices sociais, ambientais e econômicos, que se assemelham a índices de regiões subdesenvolvidas no Nordeste brasileiro, conforme tabela 1,

2, 3.

Ao analisar os dados informados pelo IBGE (2010), observamos diversos municípios da região que possuem baixos Índices de Desenvolvimento Humano, baixa faixa salarial, é extremamente elevado o percentual de pessoas que recebe até meio salário mínimo, além da grande dependência de recursos externos aos municípios e da baixíssima taxa de pessoas empregadas.

A não produção de receita nos municípios gera uma alta dependência de recursos externos, além de afetar na capacidade desse município de realizar investimentos em serviços públicos adequado e essenciais, também pode impactar na qualidade de vida da população, que passa a precários serviços de saúde, educação, saneamento, coleta de lixo, também pode acarretar na falta de investimentos e na capacidade do município de investir em desenvolvimento de projetos e pode contribuir também para o aumento da carga tributária, pois passam a cobrar uma carga tributária mais alta da população para compensar a falta de recursos.

As tabelas 1, 2 e 3 apresentam dados sociais e econômicos de alguns municípios do Vale do Rio Doce e de alguns municípios do Estado do Ceará e Piauí, que estão na área de atuação da Sudene.

Uma das justificativas utilizadas pelos congressistas que defendiam a inclusão do Vale do Rio Doce na área de atuação da Sudene eram justamente a de que a realidade econômica, problemas sociais e climáticos enfrentados na região Nordeste do país tem uma grande semelhança com a realidade vivida pelos moradores do Vale do Rio Doce.

Tabela 1 - Panorama do IBGE – Municípios do Vale do Rio Doce

Município do Vale do Rio Doce – MG	IDH	Até ½ salário mínimo (2010)	População Ocupada (2018)	Percentual da receita oriunda de fontes externas (2015)
São Geraldo da Piedade	0,600	45,5%	8,3	95,1%
Santa Efiênia de Minas	0,607	48,4%	10,3%	95,4%
Mathias Lobato	0,612	45,3%	18,2%	93,5%
Jampruca	0,609	43,2%	7,4%	93%
São Geraldo do Baixo	0,630	43,9%	10%	94,1%
Galileia	0,626	41,6%	8,3%	90,4%
São Félix de Minas	0,620	46%	12,7%	95,6%

Fonte: IBGE, 2023.

Tabela 2 - Panorama do IBGE – Municípios do Ceará

Município do Ceará	IDH	Até ½ salário mínimo (2010)	População Ocupada (2018)	Percentual da receita oriunda de fontes externas (2015)
Baixio	0,627	52%	11,5%	95,5%
Guaramiranga	0,637	47,7	18,2%	85,2%
Pacujá	0,621	52,8	6,8%	97,2%
Itaiçaba	0,656	49,5%	8,5	92,8%
Potiretama	0,604	55,4%	12,2%	96,8%
Jati	0,651	53,5%	9,5%	71,4%
Arneiroz	0,618	52,4%	6,7%	94,3%

Fonte: IBGE, 2023.

Tabela 3 - Panorama do IBGE – Municípios do Piauí

Município do Ceará	IDH	Até ½ salário mínimo (2010)	População Ocupada (2018)	Percentual da receita oriunda de fontes externas (2015)
Nazária	0,602	52,1%	13,9%	96,5%
Angical do Piauí	0,630	51,2%	6,6%	80,2%
Ipiranga do Piauí	0,630	50,5%	4,7%	96,3%
Barro Duro	0,612	45,8%	7,1%	90,3%
Dom Expedito Lopes	0,601	51,7%	6,5%	97,6%
Juazeiro do Piauí	0,570	55,4%	7,3%	72%
Alvorada do Gurgueia	0,578	55,7%	7,5%	96,7%

Fonte: IBGE, 2023.

4.2 Fatores determinantes para o desenvolvimento regional

Com base na bibliografia estudada, livros, artigos científicos, capítulo, websites e outros, foi identificar e destacar alguns fatores, dentre outros existentes, que podem contribuir para o desenvolvimento:

a) Disponibilidade de Recursos Naturais

A disponibilidade de recursos naturais – fontes energéticas, minerais, terras – pode ter um impacto significativo no desenvolvimento da região. Isso ocorre porque esses recursos são vitais para a produção e o crescimento econômico.

A capacidade de uma região de produzir e/ou ofertar energia (como gás natural, petróleo, hidrelétricas, etc) também pode atrair indústrias e mais investimentos. Além disso, a disponibilidade de água pode contribuir e influenciar no desenvolvimento de projetos de produção e irrigação agrícola, de geração de energia através de hidrelétrica, na capacidade de fornecimento de água para a população, etc.

Outro recurso natural que pode colaborar para o crescimento regional são os minerais e minérios, como o minério de ferro, ouro, pedras preciosas, manganês, lítio, etc. A maioria desses minerais fornece a matéria prima para os três setores econômicos do país (primário, secundário e terciário), servindo de elemento essencial para o desenvolvimento de diversos produtos e tecnologia.

A existência e disponibilidade de terras também pode afetar significativamente na capacidade de produção de alimento de uma região, podendo ser utilizada tanto para fornecer suprimentos para a população local quanto para os trabalhadores das indústrias e comércio, e permitiu com que a geração de excedente possa ser utilizada para exportação e com isso aumentando ainda mais a receita da região.

Outro ponto relevante a ser destacado em relação a disponibilidade de recursos naturais é a possibilidade de impacto no setor do turismo, que pode explorar a biodiversidade da região para atrair mais renda e oportunidades de emprego, através das cachoeiras, usinas hidrelétricas, pontos turísticos, quanto a gastronomia regional e os produtos orgânicos.

b) Localização Geográfica

A localização geográfica de uma região pode influenciar diretamente em seu desenvolvimento. Uma vez que o acesso a mercados e rotas comerciais se tornem acessíveis, isso pode atrair novos fornecedores e facilitar a exportação de produtos e serviços, além de facilitar a chegada de insumos para a produção industrial. As rotas logísticas também são importantes para garantir o escoamento da produção, ou seja, o transporte dos produtos para os consumidores finais.

A localização geográfica da região também pode afetar o acesso a recursos naturais disponíveis e influenciar no tipo de produção agrícola que a região poderá desenvolver, assim como as áreas onde tem menos incidências de desastres naturais e mudanças climáticas muito severas podem contribuir para tornar a região mais atrativa para as empresas e indústrias.

c) Infraestrutura adequada

Assim como a localização geográfica e a disponibilidade de recursos naturais, a infraestrutura adequada também é essencial para estimular a economia, atrair novos empreendimentos, promover uma vantagem competitiva, melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o desenvolvimento regionais com a redução das desigualdades.

Nesse ponto é essencial que os governos e capital privado invistam na melhoria da infraestrutura das estradas e pontos de acesso (com a construção de pontes, vias rápidas de acesso, aeroporto, etc), nos meios de transporte (ônibus, avião, trem), nos sistemas de comunicação, saúde, educação em quantidade e qualidade, em fontes de energia renováveis, como a solar, etc.

A falta ou a precariedade na infraestrutura pode impactar de forma significativa o desenvolvimento de uma região, onde a má qualidade das estradas ou a dificuldade do acesso podem influir sobre o custo do transporte e na abertura de novos mercados. Além disso, a falta de infraestrutura sanitária ou o acesso a água potável, também são elementos que podem contribuir com o isolamento econômico de uma região e afetar diretamente a qualidade de vida das pessoas, gerando menos oportunidades, emprego e renda e aumentando o número de doenças.

d) Disponibilidade de Políticas Governamentais e Investimentos

A oferta de incentivos fiscais, subsídios, programas de capacitação profissional, políticas de investimentos também é um fator importantíssimo podem alavancar o desenvolvimento de uma região.

Através desses incentivos e subsídios o governo cria ambientes favoráveis para atração de novos empreendimentos, impulsiona o desenvolvimento endógeno e qualifica a mão de obra local, contribuindo com a geração de emprego e renda da região.

Além disso, esses incentivos podem favorecer a inovação, a tecnologia, o empreendedorismo, a pesquisa, a ampliação de setores produtivos, os investir na melhoria capacidade produtiva da região, a conectividade, etc.

e) Capital humano qualificado

Os investimentos na qualificação e na educação das pessoas pode impactar diretamente na produtividade, na inovação e criatividade, com a criação de novos negócios e de soluções inovadoras. Pode contribuir ainda com a melhoria da produtividade, tornando-as mais eficazes e eficientes, além de poder estimular novos setores da economia.

Os investimentos na qualificação profissional também podem impactar na redução das desigualdades sociais e no aumento da renda, uma vez que uma pessoa com mais capacitação geralmente recebe uma remuneração melhor pelo serviço prestado.

f) Articulação Política

A capacidade dos atores políticos de uma região conseguirem se articular em prol do desenvolvimento planejado de uma região é mola propulsora para alcançar bons resultados.

A articulação política já se mostrou efetiva em inúmeros momentos da história do Brasil e é fundamental para contribuir para o alinhamento dos interesses dos diversos agentes políticos e sociais, em torno de um objetivo comum, bem como definir a vocação e as prioridades da região. Também pode ajudar a criar uma rede de apoio em diferentes esferas e grupos, como os governos municipais, estaduais e nacional, empresários dos diversos ramos, políticos, agentes públicos, pesquisadores, sociedade civil e outros.

Essa articulação contribui para o fortalecimento da luta em prol de recursos, junto aos governos e órgãos, e também para buscar por novos investimentos. Além disso, contribui para o compartilhamento das informações e no surgimento de novas soluções para os problemas regionais.

g) Condições econômicas globais

A observância a economia global também é um importante fator a ser analisado quando se pensa no desenvolvimento regional.

O Brasil é um país continental, recheado de inúmeras riquezas naturais, com grande diversidade de ecossistemas e biomas e rodeados por diversas oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico e social.

O estado brasileiro já é um grande exportador de matéria prima (como minério de ferro, grãos, petróleo, celulose, etc) e essa capacidade exportadora traz benefícios, mas também riscos, pois o país se torna dependente do mercado internacional.

Ao passar por períodos de crises financeiras ou recessão, os países compradores podem reduzir as demandas por esses produtos e serviços e impactando no preço dos produtos primários (commodities) – como grãos, carne, café, petróleo, minério de ferro, etc. e afetar negativamente a economia brasileira.

Por isso, é importante que no processo de formulação de políticas públicas, criação de planos estratégicos de desenvolvimento, criação de propostas de ações ou sugestões, seja levado em conta esses fatores para que a região possa alcançar a independência econômica e contribuir com o fortalecimento nacional.

4.3 Desafios e potencialidades para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Doce

Segundo FALEIRO (2017) o Estado de Minas Gerais, em seu vasto território, enfrenta diversos e distintos estágios de desenvolvimento e isso gera resultados econômicos diferentes. Além disso, o impacto negativo de algumas atividades, muita das vezes, não são reparados com a melhoria da renda e da qualidade de vida das pessoas, por exemplo, cidades com alta produção mineral tem apresentado cada vez mais cenários de pobreza e desigualdade social.

Ressaltando a grande heterogeneidade de estágios de desenvolvimento que o Estado apresenta em seus diversos territórios, percebe-se que o desenvolvimento econômico não ocorre de forma regional e setorialmente equilibrada, e que muitas vezes os efeitos negativos das atividades não são compensados de forma justa com distribuição de renda e desenvolvimento econômico (FALEIRO, 2017, p.7).

Assim como outras regiões, a região do Vale do Rio Doce possui diversos desafios e potencialidade que impactam no desenvolvimento regional e conhecer melhor esse cenário é fundamental para buscar alternativas que visem alavancar o desenvolvimento dessa região.

4.3.1 Pontos negativos

A região do Vale do Rio Doce apresenta alguns fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos que podem limitar o desenvolvimento da região, dentre eles estão:

a) Degradação Ambiental

O primeiro deles é o histórico de exploração mineral e a degradação ambiental adotada ao longo de todos esses anos. A região foi extremamente explorada através das suas riquezas

minerais, com a retirada de madeira para produção de carvão vegetal, a mica para a indústria bélica, o minério de ferro, as gemas (pedras preciosas), a água, etc.

Esse processo exploratório criou uma dependência econômica muito forte da mineração e restringiu a diversificação econômica, tornando essa região vulnerável à demanda por esses produtos, além de ocasionar inúmeros impactos ambientais e sociais relacionados à atividade.

Fruto dessa demanda e exploração desenfreada pelos recursos minerais foi a constituição de uma região também baseada nos comércios e em serviços, para atender a indústria mineral.

Espíndola (2008) reforça que a ação humana causou um profundo desequilíbrio ambiental na região, especialmente entre os anos de 1930 e 1970, devido a essa exploração extrativista, às alterações químicas e físicas do solo, a eliminação da cobertura vegetal, a redução drástica da fauna e também por conta da contaminação das águas e lençóis freáticos. E essa cultura econômica baseada na exploração dos recursos naturais (solo, floresta, água, minério, fauna) foi absurdamente acelerada no século XX, impulsionada também pela 2ª Guerra Mundial, em 1939.

Esse processo de devastação tem reflexos até hoje nos diversos municípios da região e foram agravados ao longo dos anos, em especial, em 2015 quando ocorreu um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil, com a contaminação de toda a bacia do Rio Doce por rejeitos da mineradora Vale/ Samarco/ BHP, fruto do rompimento da barragem de rejeito de Fundão (em Mariana) acumulado pelo processo de mineração. O Rio Doce é o maior rio do território e gera o abastecimento a quase todas as cidades da região.

Esse crime gerou a morte de pessoas, centenas de animais aquáticos e terrestres, diversas espécies de plantas, além de ter gerado a contaminação do rio. Estima-se que 62 milhões de metros cúbicos de lama contaminada tenham sido liberados no rio, afetando diretamente cerca de 500 km de extensão do curso d'água, desde a região de Mariana até a foz, no litoral do estado do Espírito Santo.

O desastre ambiental também resultou, na época, na interrupção do fornecimento de água potável para a população e também da pesca para o consumo e comercialização, além de prejuízo para produtores agrícolas, pescadores e outros setores que dependem do rio, como a construção civil. E hoje, sabe-se que os rejeitos decantam no fundo do rio e tem provocado o aumento das áreas atingidas pelas enchentes, além de destruição, poeira, mau cheiro e problemas de saúde.

A região também sofre com a falta de segurança hídrica, ocasionada pela desconfiança da qualidade da água e pela redução gradual dos períodos de chuva, que afeta diretamente o abastecimento de água nas cidades, a produção agrícola, industrial e energética.

Uma região com baixa capacidade hídrica ou com períodos muito extensos sem chuva, pode comprometer os reservatórios naturais de água, levando a perda ou baixa produção da safra, impactando também na baixa produção de alimentos, no abastecimento de mercados, no aumento dos produtos e na redução da renda dos agricultores.

É comum verificar nessa região uma paisagem com topos de morros sem qualquer tipo de cobertura vegetal e diversos e extensos pastos improdutivos ou com criações pecuárias. Além desses, esse território possui diversos outros desafios a serem enfrentados, como a falta de tratamento do esgoto em todos os municípios, a erosão e contaminação do solo, a poluição dos afluentes e os efeitos desses negativos sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

b) Infraestrutura insuficiente e baixo investimento na qualidade de vida

Outro desafio que também precisa ser enfrentado é a falta de infraestrutura adequada na região, principalmente em relação a qualidade das estradas para o transporte de produtos, mercadorias, insumos e também a infraestrutura de saneamento básico nas cidades, que envolver a falta de tratamento do esgoto, a grande problemática do aterro sanitário, o controle das doenças (dengue, Chicungunha, Zica, diarreia, Hepatite, Cólera, etc.) e ações de higiene.

Atualmente, nenhuma das cidades da região possuem estação de tratamento de esgoto e o IBGE (2010) aponta que a média de esgotamento sanitários existente na região são pouco mais de 60%, isso significa que tem pessoas que ainda não possuem serviço de coleta de esgoto através das redes e esse é despejado direto nos terrenos atingindo assim o lençol freático (lençol de água).

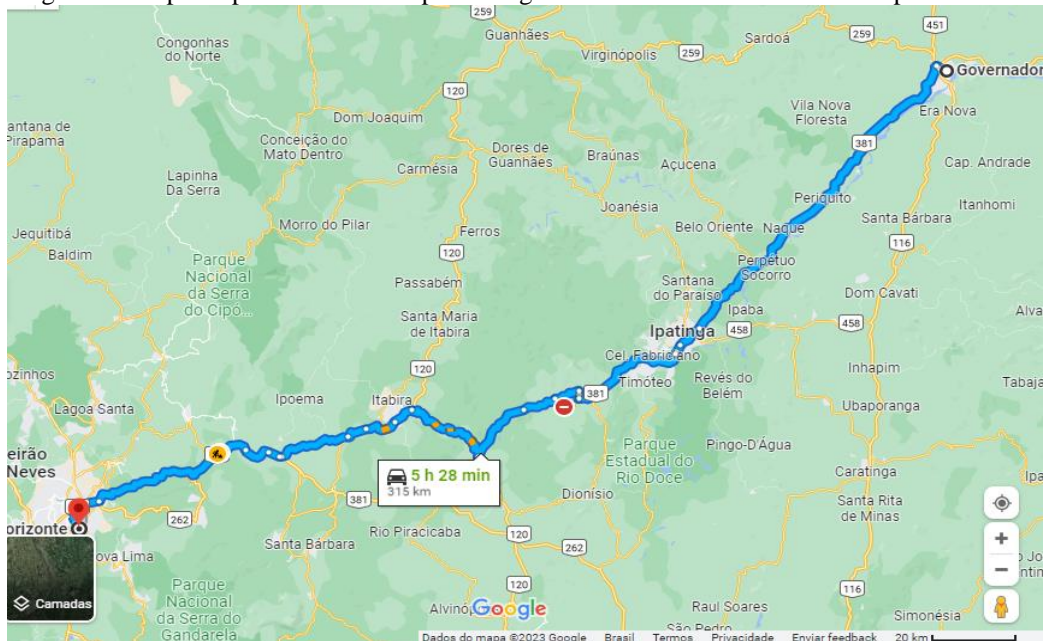
Outro dado importante é quanto à urbanização das vias públicas. A média da região mostrou que apenas 25% do território desses municípios em conjunto estão com a urbanização adequada. (IBGE, 2010)

A região Intermediária de Governador Valadares (Vale do Rio Doce) possui uma localização estratégica, ela é cortada por importantes rodovias do país, como a BR 381, liga a capital mineira (Belo Horizonte) ao município de Governador Valadares (polo regional), a BR 116, ligando o Estado de São Paulo ao de Fortaleza e passa por diversas cidades do Vale do Rio Doce, e também a BR 259, que liga João Neiva (ES) a João Monlevade (MG), passando por Colatina (ES) e Governador Valadares (MG).

Apesar dessa localização estratégica, hoje essas rodovias federais, estaduais e vias municipais, precisam de urgentes intervenções na sua estrutura, com a necessidade de duplicação das pistas, devido ao fluxo intenso de veículos de carga e de passeio, ao alto índice de acidentes e a precariedade de alguns trechos. Essas intervenções são fundamentais para garantir o melhor escoamento dos produtos e oportunizar o desenvolvimento regional.

Em dias de trânsito normal (fora do horário de pico, sem acidentes ou chuva) uma viagem de Governador Valadares para a capital mineira pode levar de 5 a 6 horas, em um trecho de apenas 315 km, como mostrado na figura 6.

Figura 6 - Mapa do percurso e do tempo de viagem de Governador Valadares a capital mineira



Fonte: Google Maps, 2023.

É válido destacar que investimentos aplicados nessas áreas têm impacto direto na qualidade de vida da população e na atração de novos investimentos para a região.

A região também possui um aeroporto regional no município de Governador Valadares, que recebe 3 voos diários oferecidos pela Companhia Aérea Azul e que faz a conexão com diversas cidades do Brasil. Porém, esse enfrenta problemas em relação à infraestrutura e fluxo de passageiros, além de questões relacionadas à segurança e a manutenção das instalações.

A opção aérea é fundamental e estratégica para atrair novos investidores e empresas para a região, visto que facilita o acesso às localidades, aumenta a conectividade e contribui para o fomento de novos negócios e o turismo. E a melhoria da infraestrutura é indispensável para garantir a ampliação dessas rotas comerciais e turísticas.

Outro desafio que precisa ser superado são superar e que impactam no desenvolvimento é a infraestrutura, e isso influi a ausência e qualidade das estradas e vias de acesso, falta de

investimentos em saneamento básico e acesso limitado a serviços básicos essenciais, como saúde e educação, com poucos investimentos em lazer, cultura.

A região também enfrenta problema de déficit de moradias, instabilidade elétrica, distância entre as escolas – principalmente na zona rural e cidades menores –, falta de oferta de formação técnica, tecnológica e superior, exceto nas cidades polos. As pequenas comunidades que precisam de atendimento médico de urgência ou atendimentos especializados precisam se deslocar para o município de Governador Valadares e Belo Horizonte, isso inclui os pacientes que estão em tratamento oncológicos e outros. Além disso, a região possui baixo índice de desenvolvimento humano, devido aos baixos investimentos em saúde, educação, lazer, cultura e outras áreas essenciais para o desenvolvimento e qualidade de vida da população.

A qualidade e disponibilidade da rede de internet é outro ponto que precisa ser levado em conta ao pensar no desenvolvimento, e na região ainda é muito precária e varia de acordo com a localidade.

Nas áreas urbanas com mais infraestrutura, geralmente existe uma oferta mais ampla de provedores, com opções de internet móvel (4G e 5G) e internet fixa (via fibra óptica ou cabo). No entanto, em áreas rurais ou mais afastadas dos centros urbanos, a oferta de internet é limitada, com mais restrição e baixa qualidade de conexão. Além disso, é comum os aparelhos celulares não apresentarem qualquer sinal de telefonia no percurso entre uma cidade/distrito e outra.

É importante destacar, que a infraestrutura de uma região é essencial para o desenvolvimento social e econômico de qualquer território, porque afeta diretamente a capacidade de empresas, indústrias e outros setores produtivos, de operar e expandir, além de impactar na logística e nos custos de importação e exportação de produtos, na competitividade da região e na capacidade do governo de prestar serviços públicos eficientes.

Percebe-se que a maioria das cidades dessa região também possuem poucas opções de lazer e cultura, impactando diretamente no estilo de vida das pessoas e restringindo-os a determinados locais de diversão e socialização.

É comum verificar grande parte dos moradores frequentando os “barzinhos” ou estabelecimentos para refeições, como lanchonetes, sorveterias, botecos, *fast food* e igrejas como atividades recreativas, de formação e socialização. Também é cultural a realização de festas populares, algumas vezes ao ano, como festivais musicais, vaquejadas, exposições agropecuárias, etc.

c) Cultura de emigração para os Estados Unidos (EUA)

Segundo os pesquisadores Alves e Siqueira (2020) a cidade de Governador Valadares ganhou fama nacional como “exportadora” de brasileiro para o Estados Unidos. Essa fama foi exposta até mesmo em programa de televisão como a “Grande Família”, transmitido pela TV Globo.

De acordo com Alves e Siqueira (2020), os primeiros emigrantes para os EUA foram jovens de famílias afortunadas do município de GV, na década de 60. Eles tinham o sonho e a curiosidade de conhecer o país – considerado desenvolvido economicamente – e o fizeram de forma legal com um visto de trabalho, tinham segundo grau completo e já haviam aprendido a língua inglesa.

Tudo começou com a chegada de um grupo de engenheiros americanos que vieram morar (provisoriamente) no município de Governador Valadares e trabalhar na ampliação da estrada de ferro Vitória – Minas.

O contato com a cultura americana desde a década de 40, incluindo o contato com os utensílios como máquina de lavar, torradeira – fizeram com que esse estilo de vida vislumbresse a memória e o imaginário dos moradores daquela pequena cidade.

Ao fim da obra, apenas um dos engenheiros, junto com sua família, resolveu permanecer na cidade trabalhando na Companhia Vale do Rio Doce e posteriormente fundando uma escola de inglês e um programa de intercâmbio, que ajudaria os moradores a tirarem o visto e a ir para os EUA.

À medida que os primeiros intercambistas retornavam com suas envolventes histórias, o desejo de viver o “sonho americano” ficava mais forte na região.

E o que antes era curiosidade e desejo de conhecer um país desenvolvido, dá lugar às necessidades financeiras. Com o fim da guerra e a crise dos recursos minerais na região, os trabalhadores passaram a emigrar para os EUA em busca de emprego e melhores renda, a partir da década de 60.

Nos anos 80 o perfil dos emigrantes muda, e o país norte americano passa a atrair mais trabalhadores de classe baixa, com o objetivo de tentar a sorte e melhorar de vida, segundo Alves e Siqueira (2020). A grande maioria deles tinham apenas o curso fundamental completo e utilizavam a fronteira do México e Canadá para tentar atravessar para o solo estadunidense, e a maioria desses utilizando-se de documentos falsos.

Com a chegada dos anos 2000 os próprios brasileiros residentes no EUA passam a “financiar” essa emigração, como forma de obter mão de obra para os próprios negócios que

havam montado no país, em geral eram serviços que os norte-americanos não queriam fazer, como limpezas residenciais, pintura, construção civil e etc.

Alves e Siqueira (2020) justificam que o que motivava essa população a tentar a sorte em outro país e não em uma metrópole brasileira, como fazia a maioria dos brasileiros, é justamente essa familiaridade com o sonho americano que se renova a cada ano e a cada nova geração.

Vale destacar, que os cidadãos das cidades circunvizinhas a Valadares, quando chegam nos EUA se identificavam como oriundos de Gov. Valadares, visto que esta já era uma cidade conhecida por ter muito trabalhadores que estavam lá e porque seria mais “fácil” dizer que era morador do polo regional a ter que explicar onde está localizada as cidades de Jampruca ou Sobrália.

A partir de dado momento, o município inclusive começou a ser chamado pejorativamente de “Valadólares”, por conta da quantidade de Valadarenses que haviam emigrado para os EUA e que todo mês enviavam a remessa de dólares para as famílias que haviam permanecido no município. Outro jargão que expressa essa realidade é o conto popular que em dado momento da história “todo Valadarense tinha uma bicicleta e um parente nos Estados Unidos”.

De acordo com o Ministério de Relações Exteriores, em 2020, estima-se que a comunidade brasileira no exterior tenha ultrapassado 4,2 milhões de cidadãos, cerca de 600 mil pessoas a mais em comparação ao último levantamento realizado, em 2018. E o país com o maior número de brasileiros continua sendo os Estados Unidos.

De acordo com o Deputado Federal Leonardo Monteiro, membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil, mais de 80 mil pessoas já haviam sido presas por tentarem atravessar a fronteira do México com os EUA, e destes, 52 mil eram mineiros, sendo que 17 mil deles eram de Governador Valadares.

A professora Sueli Siqueira afirma que o perfil atual das pessoas que estão indo atualmente “não é um pobre, miserável, ele paga entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil para migrar”, e reforça que as pessoas agora não estão mais migrando para poder juntar dinheiro em busca de poder uma vida melhor no Brasil, elas estão indo para viver nos EUA.

“O desejo de ir juntar alguma coisa e voltar, já não é a realidade. As pessoas vão para ficar”. (BOSS, 2022)

Outro destaque importante é o realizado pela representante do coletivo de brasileiros no EUA, Ester Sanches, que afirma que após o crime ambiental cometido pela empresa Vale/

Samarco/ BHP na bacia do Rio Doce, a população preferiu pegar o dinheiro da indenização e ir embora e que o número de brasileiros no EUA aproxima-se de 1,8 milhões de pessoas.

“Nos dois últimos anos, com a tragédia da Vale, as pessoas que receberam R\$ 200 mil de indenização, decidiram ir para os EUA”. (SANCHES, 2022)

Sendo assim, reforça a narrativa de que, mais uma vez, as famílias continuam se aventurando em busca de melhores condições de oportunidade e vida nos países norte-americanos e europeus, seja de forma legal ou ilegal.

d) Baixa diversificação econômica

A região sempre dependeu fortemente da produção extrativista e continua tendo baixa diversificação econômica. Atualmente, há poucas opções de emprego para além do comércio e serviços públicos e privados.

Em uma região com baixa diversificação econômica é comum ver uma enorme desigualdade, porque ela limita as opções de emprego e a busca para alcançar melhores serviços e salário, e isso impacta diretamente na situação econômica das famílias.

A falta de diversificação econômica também fortalece a concentração de renda nas mãos de pequenos grupos ou indivíduos, através da não concorrência e do controle das decisões e ofertas.

Na região do Vale do Rio Doce, por exemplo, a maioria dos empregos gerados nas pequenas cidades são através dos entes públicos, como as prefeituras e câmaras municipais, e nas cidades maiores, o destaque fica para os empregos ofertados no comércio e serviços, como lojas, supermercados, serviços hospitalares, instituições educacionais, etc. Nesse cenário, a média salarial do trabalhador continua sendo muito baixa, salvo raras exceções.

É preciso destacar, também, aquelas pessoas que dependem dos programas sociais de transferência de renda, as que recebem recursos externo enviados de outras localidades no Brasil ou estrangeiro, aqueles trabalham de forma autônoma, aqueles que fazem “bicos” ou os trabalhadores informais, como motoristas de aplicativo (*ubers*) e ambulantes (camelôs, vendedores de picolé, etc).

De acordo com o IBGE (2020), o percentual médio da região de Governador Valadares de pessoas ocupadas, em alguma atividade formal ou informal, nos diversos setores da economia, como comércio, serviço, indústria, etc., acima dos 16 anos, é de cerca de 11%.

Dessa região algumas cidades maiores se tornam exceção, como o município de Governador Valadares, que tem um percentual de ocupação de 23%.

Uma pessoa é dita ocupada na metodologia usada pelo IBGE quando ela exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa. Ou seja, são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

Essa atividade não precisa ser remunerada em dinheiro e não precisa consistir de 40 horas semanais de trabalho. Apenas uma hora de atividade profissional na semana, por exemplo, faria o entrevistado ser considerado ocupado. (IBGE, 2023)

O IBGE (2015) também mostra que o percentual médio das receitas oriundas de fontes externas na microrregião de Valadares é de 90% dos recursos, ou seja, isso mostra que a capacidade de arrecadação da maioria dos municípios dessa região é extremamente baixa.

As receitas oriundas de fontes externas podem envolver recursos de programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Benefício de Prestação Continuada (BPC), além da participação em editais de capitação de recursos, recebimento de emendas parlamentares ou mesmo receitas obtidas de fontes internacionais, como as remessas de dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior, a exportação de bens e serviços brasileiros, investimentos estrangeiros diretos ou ajuda externa de governos e organização internacionais, etc.

O IBGE também aponta que a média regional da população que recebe até meio salário mínimo gira em torno de 42% ao analisar a microrregião. Ou seja, existe um percentual muito alto de pessoas que tem vivido na extrema pobreza nessa região, cuja renda não é suficiente para atender as necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, educação e lazer.

e) Baixa qualidade da educação

Outro fator que pode contribuir para o agravamento da desigualdade social e dificultar o desenvolvimento de uma região é baixa qualidade da educação ofertada para a população e também a falta de mão de obra qualificada.

Não é novidade que a formação educacional e tecnológica pode impacta significativamente o desenvolvimento e os setores produtivos de uma região, podendo contribuir para a melhoria do processo produtivo, aumentar a eficiência, reduzir o tempo de produção, estimular a criação de ciclos mais inteligentes, melhorar a qualidade do produto e serviços e reduzir custos do processo.

A baixa qualidade da educação ofertada para a população pode impactar o desenvolvimento de uma região a medida em que pode levar a um menor nível de qualificação da mão de obra, pode contribuir para o aumento da desigualdade regional porque quanto menos a qualificação menor a probabilidade de obter empregos bem remunerados. Além disso, pode limitar a capacidade de uma região inovar e adotar tecnologias modernas e a reduzir o

conhecimento da população sobre a sua capacidade e o seu poder de transformação da sociedade, porque uma sociedade informada e consciente toma melhores decisões e pressiona por mudanças sociais.

É comum você vê na região diversos pequenos comércios em que as pessoas que administram não sabem nem ler nem escrever direito, e essa baixa escolaridade impacta na hora de calcular os custos da produção, de saber se está tendo lucro ou prejuízo, conhecer processos mais rápidos ou que tenham um custo menor, etc.

A qualificação dessa mão de obra, com cursos técnicos ou cursos rápidos, impactaria significativamente na desenvoltura da região, além de formar habilidades e conhecimentos específicos que podem contribuir com o desenvolvimento local e regional.

De acordo com os dados da QEDu⁴ (2019), mesmo antes da pandemia da Covid – período que impactou diretamente o funcionamento das escolas de ensino fundamental, médio e superior –, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios da região de Governador Valadares já eram preocupantes. A média do IDEB Anos Finais, na região, foi de 4,4, com a nota máxima de 5,4 no município de Dom Joaquim e mínima de 3,2 em Sobrália. Já o resultado médio obtido no Ensino Médio é ainda pior, com uma média regional de 4,0 o município de São João Evangelista apresenta o melhor índice, com 5,2 e a pior nota ficou com o município de Cantagalo, com 2,9. Também é preciso considerar que 9 municípios dessa região se quer possuem escola de nível médio.

Esses dados se referem aos anos finais (ensino fundamental) e ensino médio, e tanto os municípios da macrorregião, quanto a microrregião, apresentaram desempenho abaixo da meta ou insuficientes em relação a qualidade da educação ofertada pelas escolas municipais e estaduais.

4.3.2 Pontos Positivos

Apesar de inúmeros desafios sociais, ambientais, econômicos e culturais, a região tem um grande potencial logístico, turístico e de produção agrícola e de produtos artesanais.

A região é cortada por três importantes rodovias federais (BR-381, BR 116, BR 256) e uma rodovia estadual MG 256, possui um aeroporto e uma ferrovia que vai de Belo Horizonte (MG) a Vitória (ES). Apesar das urgentes e necessárias intervenções, que incluem a duplicação

⁴ Plataforma online desenvolvida pelo Instituto Ayrton Senna em parceria com o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para oferecer informações e transparência sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas do Brasil.

das rodovias, melhorias e manutenção das vias, melhoria das intervenções nas instalações do aeroporto e ampliação, a região continua tendo enorme potencial do ponto de vista logístico, e os investimentos realizados nesses setores impactariam diretamente no aumento do potencial da região.

Outro ponto positivo a ser destacado é o potencial turístico. A região apresenta uma série de características que podem ser potencializadas em prol do turismo, como a oferta de esportes radicais: voo de parapente (parapente), trilhas, canoagem no rio Doce, rapel nas cachoeiras, subida e descida no pico da Ibituruna, visitas ecológicas, competição de ciclismo, etc. Além também do aproveitamento de patrimônios tombados e visitas aos pontos turísticos, como a antiga Açucareira, Teatro Municipal, Usina Hidrelétrica, Parque Naturais, montanhas, rios, etc.

De acordo com Elisa (2022), Governador Valadares “é considerado a capital mundial do voo livre” e recebe todos os anos diversos pilotos internacionais, além de sediar o Campeonato Brasileiro de Parapente.

Na região também é possível encontrar diversas quitandas preparadas de forma artesanal, como o queijo cabacinha, pães, bolos, doces, queijos, café, biscoitos, etc. Além do artesanato e do comércio de gemas.

Esse território também possui uma rica diversidade cultural, com a presença de comunidade tradicionais indígenas, que contribuem para a preservação da memória e da identidade local.

A região também possui importantes órgãos que podem contribuir significativamente com o estudo e a proposta de ações para o desenvolvimento da região, como instituições federais e particulares de ensino, como a Universidade Federal Campus Governador Valadares, o Instituto Federal, a Univale e outras, e também órgãos estaduais e municipais como o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas – IDENE, a Assoleste, Ardoce, Fiemg, Cooperativa Vale do Rio Doce, SAAE, Associação Comercial, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, etc.

Há ainda os setores chaves com grande potencial de crescimento e neles se destacam, a produção de alimentos, transporte, armazenamento e atividades auxiliares de transporte e correios; serviços de comunicação e informação; intermediações financeiras, seguros e previdência complementar; energia elétrica, gás natural, construção civil e outras.

4.4 Possíveis impactos da SUDENE no Vale do Rio Doce

Não é possível afirmar com precisão o futuro da região do Vale do Rio Doce após a entrada na área da Sudene, atualmente são irrisórios, mas, a observância a outras regiões, que já estão na área de atuação da Sudene há anos, permite obter uma previsão do que se pode esperar em relação as movimentações e os resultados da autarquia na região.

Primeiro é preciso considerar que o Vale do Rio Doce é uma região potencialmente desafiadora, existem diversos obstáculos estruturais, ambientais, sociais, econômicos e culturais que precisam ser superados para que essa região cresça e se desenvolva de forma sustentável econômica e socialmente.

É preciso pensar em soluções que minimizem o grande passivo ambiental existente, a baixa renda da população, a qualidade da infraestrutura e capacidade, como as estradas, escolas, saúde, além da baixa diversidade econômica. Também é preciso pensar em políticas públicas e ações que alterem a cultura de emigração das pessoas para outros países, é preciso pensar em investimentos que tragam qualidade de vida as pessoas.

Segundo, é importante rever o papel da Sudene e a sua atuação frente ao desenvolvimento regional, considerando que apenas o fato de estar na sua área de atuação não garante que ocorra qualquer tipo de mudança social e econômica significativa no território.

Segundo Albuquerque (1971) ao considerar alguns índices que fazem referência ao processo de desenvolvimento, como a renda per capita, taxa de emprego e redução da inequidade, é possível observar que a Sudene não produziu resultados significativos no desenvolvimento da região Nordeste.

“Analisaremos os resultados do funcionamento da SUDENE considerando a concepção de Dudley Seers que engloba os vários elementos do conceito de desenvolvimento econômico em três grandes índices: renda **per capita**, taxa de emprego e redução da inequidade. Todos os outros fenômenos associados ao processo de desenvolvimento são, em maior ou menor escala, medidos por esses três indicadores. O funcionamento da SUDENE, visando ao desenvolvimento econômico do Nordeste, principalmente por meio da canalização de investimentos para a região, conseguiu, sem dúvida, algumas realizações concretas de vulto, não chegando, entretanto, a acelerar satisfatoriamente o desenvolvimento da região, segundo os indicadores acima”. (ALBUQUERQUE, 1971)

Albuquerque (1971) também afirma que embora tenha havido um sentimento positivo na região nordestina, após a criação da Sudene, e que importantes obras de infraestrutura foram realizadas, a atuação da autarquia foi ineficaz no processo de desenvolvimento econômico.

“A atuação da SUDENE no período 1959-1970 embora tenha, ao que parece, criado um clima psicológico mais favorável na região e embora esta tenha ainda efetuado obras de infraestrutura de inegável valor, não foi eficaz como mecanismo de aceleração e auto sustentação do processo de desenvolvimento econômico”. (ALBUQUERQUE, 1971)

A Sudene pode contribuir com avanços significativos em diversos setores da economia e também para a melhoria dos indicadores sociais, mas é preciso que haja políticas estratégicas e consistentes para aquela localidade, que se cumpra à risca o que tecnicamente é planejado.

E nesse sentido, é preciso criar um plano desenvolvimento estratégico para essa região, de curto, médio e longo prazo, com políticas bem definidas e claras.

É preciso ter estudos e análises bem qualificadas que possam orientar a decisão dos gestores públicos e que contemple essa problemática da região, que inclua as questões ambientais, as particularidades e potencialidades dos municípios e a vocação da região.

Também é preciso garantir a participação ativa dos diversos atores sociais, da academia, da classe empresarial, da sociedade civil, dos governos, de outros órgãos. Além disso, é necessário que haja uma integração e o alinhamento entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais, com o objetivo de potencializar os resultados.

É fundamental que haja um corpo de lideranças que consigam articular junto aos órgãos dos governos e setores privados uma série de investimentos e recursos de forma robusta a fim de efetivar o que se foi planejado, dentro da necessidade observada para a região.

4.5 Propostas para o desenvolvimento da região a partir da SUDENE

Toda região possui diversos fatores que contribuem e impulsionam o seu desenvolvimento, por isso, estudar as características da região é essencial para que se possa propor sugestões a fim de contribuir para essa finalidade.

É importante destacar, que os municípios que fazem parte da área de atuação da Sudene podem ter acesso a políticas públicas específicas e programas de incentivo ao desenvolvimento, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população. Porém, ainda assim, não são todos os territórios que conseguem alcançar as significativas mudanças.

Nessa etapa serão apresentados alguns exemplos de intervenções, a partir da atuação da Sudene em outras regiões, que buscaram contribuir para a diversificação produtiva, o fortalecimento da infraestrutura, o turismo e o desenvolvimento econômico e social das regiões. Essa exemplificação servirá para apresentar argumentos do papel da Sudene como indutora do desenvolvimento e da necessidade do coletivo de força de uma região podemos usufruir melhor dos benefícios de fazer parte da área de atuação da Sudene.

Em 2021, foi aprovado a Lei Complementar nº 185 de 6 de outubro de 2021, que inclui a região do Vale do Rio Doce na área de abrangência da Sudene, ao todo foram incluídos 124 novos municípios, sendo 120 de Minas Gerais e 4 do Espírito Santo.

É notório que alguns municípios que foram incluídos desde a constituição da Sudene, como no caso de Araçuaí, não tiveram mudanças tão significativas quanto alguns outros municípios do Nordeste e também o município mineiro de Montes Claros.

Com o objetivo de contribuir com o debate desse complexo tema, que é o desenvolvimento regional, esse trabalho estará apresentando alguns exemplos de intervenções da Sudene que podem servir de modelo ou inspiração para os agentes e estudiosos do Vale do Rio Doce na hora de pensar o desenvolvimento da região.

Primeiro é importante, urgente e indispensável pensar na construção um plano estratégico aprofundado, de curto, médio e longo prazo, e que busque pensar soluções e intervenções coletivas para o desenvolvimento da região.

Para isso, será necessário união e o esforço de diversos atores e entes, como prefeituras, órgãos estaduais e federais, classe política, grupos organizados, empresários, academia, lideranças comunitárias, instituição de pesquisas e outros, que sejam indispensáveis na constituição desse plano regional de desenvolvimento do Vale do Rio Doce. E dentro desse plano é fundamental que sejam trazidas soluções para a recuperação econômica da região e a degradação ambiental, principalmente a recuperação do Rio Doce.

A partir desse plano, cujo objetivo além de propor soluções, é envolver lideranças e entidades e propor um esforço concentrado em prol de um propósito em comum, é necessário a atuação firme e consistente desses atores a fim de garantir os estudos e recursos necessários, sejam públicos ou privados, e também convencer principalmente os governos e investidores do potencial da região.

Como exemplo do impacto da Sudene em diversos setores, como infraestrutura, fomento à agricultura e a diversificação econômica, fortalecimento da educação e da qualificação e da governança.

4.5.1 Investimentos na produção agrícola e na infraestrutura

A região do Vale do Rio Doce é propícia para desenvolvimento e o cultivo de diversos tipos de culturas, como café, feijão, milho e frutas. E com o progresso das tecnologias é possível criar ambiente ideais para desenvolver inúmeros outros produtos.

O polo de irrigação Petrolina (PE) – Juazeiro (BA) é um maior exemplo de que é possível desenvolver uma região (sem condições ideais para o plantio) através da agricultura, utilizando-se de tecnologia e intervenção do estado com investimento.

De acordo com Ortega e Sobel (2010) citando Oliveira (1991), a região de Petrolina-Juazeiro, há pouco mais de três décadas, era uma completa zona de miséria e falta de qualquer perspectiva, sendo impossível acreditar que se tornaria um dos maiores polos de produção de fruta do Brasil.

(...) há pouco mais de três décadas, este território se apresentava como mais um entre as diversas zonas de miséria situadas no sertão nordestino (...) era impossível antever o futuro da região como um grande Polo de produção de frutas do país. O quadro era tão desolador que levou Oliveira et al. (1991) a afirmarem que “nada poderia acontecer naquela região do São Francisco que provocasse uma transformação do aparelho produtivo local”. (ORTEGA E SOBEL, 2010, p. 91)

Para alcançar o desenvolvimento dessa região o estado utilizou como estratégia principal a agricultura irrigada, porém para alcançar êxito foi fundamental a realização de investimentos na infraestrutura de transporte, energia e comunicação – com a construção de ponte para unir as duas cidades, construção de rodovias ligando o polo a todos os centros urbanos, a represa de Sobradinho – BA (um dos maiores lagos artificiais do mundo), o aeroporto de Petrolina; além da realizar estudos que atestam sobre a qualidade do solo e da água para a irrigação e produção agrícola.

Esses projetos foram realizados através de programas nacionais, cujo financiamento se deu com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) administrado pela Sudene e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). (ORTEGA E SOBEL, 2010, p. 92)

Ortega e Sobel (2010), destacam ainda que, assim como diversas outras intervenções realizadas a fim de promover o desenvolvimento exógeno da região, no processo de constituição do Polo houve um planejamento centralizado, visando primeiramente garantir a infraestrutura da região, e esse planejamento não levou em conta a participação popular, gerando durante muito tempo, nas comunidades locais, resistência ao modelo e a formação de cooperativas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Polo irrigado de Petrolina – Juazeiro é o maior produtor-exportador de manga, uva e goiaba do Brasil (IBGE, 2021).

Além disso, a Sudene também investiu em um projeto para a estruturação, ampliação e modernização de viveiro de mudas para o beneficiamento de agricultores familiares e pecuaristas do Estado do Rio Grande do Norte (RN).

O projeto foi realizado em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (Emparn) e busca produzir e distribuir de forma gratuita a planta palma forrageira que é utilizada para a base alimentar dos rebanhos de zonas áridas e semiáridas.

4.5.2 Apoio a projetos ambientais e de destinação e tratamento de resíduo sólido

A Sudene também realiza ações para a criação e fortalecimento de consórcios e ações que visem a destinação adequada dos resíduos sólidos.

Um exemplo disso foi a criação da Sudene, em parceria com o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas (Codanorte) para a criação do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que contou com aporte de 728 mil reais da Sudene e beneficia 31 municípios do semiárido mineiro.

O projeto tem o objetivo de melhorar as ações dos serviços públicos prestados em relação ao manejo dos resíduos sólidos, através da implantação de soluções inovadoras e tecnológicas desses materiais. Essa melhoria inclui a correta separação (triagem) dos resíduos, campanha de sensibilização, manejo adequado, dentre outras.

A proposta de 7 municípios do Rio Grande do Norte é utilizar a parceria da Sudene para o fortalecimento e a estruturação do consorcio, cuja base será em Guamaré. O projeto prevê baixo impacto ambiental e a utilização de tecnologia dos resíduos para a geração de energia.

A Sudene atuou diretamente no estudo que levantou quais os municípios do Nordeste teriam viabilidade técnica, econômica e ambiental para ser agrupados em polos e tendo o consórcio como gestor da destinação e o tratamento do resíduo. O objetivo do projeto também é priorizar ações que garantam a sustentabilidade ambiental e econômica dos municípios e a exploração responsável dos recursos naturais.

4.5.3 Incentivo ao desenvolvimento endógeno e setor do turismo

Outro exemplo bem-sucedido de benefícios em estar na área da Sudene foi a liberação de incentivos fiscais para a empresa Ster Bom em Natal, que foi contemplada com a redução de 75% do imposto pelo prazo de 10 anos.

A empresa é produtora de sorvete, picolé, casquinhas, canudos, polpa de frutas, água e gelo e está no mercado há mais de 30 anos. Os incentivos permitiram a ampliação, reestruturação e modernização dos processos, gerando atualmente mais de 900 postos de trabalho.

Outra ação que a Sudene também apoia são os projetos no setor do turismo, com estudos de novas rotas aéreas, apoio e incentivos ao setor horteleiro, promoção de eventos e divulgação e recuperação de rotas turísticas.

Outra forma de contribuir para o desenvolvimento da região são os investimentos no setor educacional e de tecnologia e também no aproveitamento dos incentivos fiscais e benéficos do Banco do Nordeste para promover o desenvolvimento endógeno, ou seja, fortalecer as empresas que já estão em operação nas regiões.

4.4.4 Investimento em Educação, qualificação e tecnologia

Foi construído na Universidade de Pernambuco um laboratório de inovação tecnológica, que tem como objetivo contribuir para a atração de novos negócios, promover a qualificação e auxílio das atividades ligadas ao agronegócio e implantar empresas voltadas para implantação de tecnologia que solucione problemas através da inovação.

O laboratório promove uma interação entre as empresas tecnológicas, a academia e o setor empresarial e foi constituído com investimentos de 1,3 milhões do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e a Sudene, que participa da gestão do programa.

Outro importante projeto desenvolvido pela Sudene foi o de capacitação de mão de obra qualificada para trabalhar na implantação de energia solar. O projeto é denominado por “Projeto de Formação em Energia Fotovoltaica Geração de Renda e Desenvolvimento do Setor de Energias Renováveis no Cariri”, e é desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Para o projeto a autarquia destinou 220 mil reais e contou com o beneficiamento de pessoas de baixa renda, com ensino fundamental completo de quatro municípios cearenses.

4.5.5 Fortalecimento da governança regional

A governança regional refere-se a um conjunto de práticas e processos que buscam melhorar a capacidade de gestão de uma determinada região. Ela envolve a elaboração de planos estratégicos e a adoção de políticas públicas coordenadas entre os diferentes municípios para resolver questões específicas, como os problemas na infraestrutura, saúde, meio ambiente, etc.

A Sudene realizou diversas ações que buscam fortalecer a governança regional, como a promoção de fórum de discussão com diversos atores (governos, empresas, Universidades, sociedade civil organizada, entidades de classe, comunidades locais, etc) sobre temas relevantes

ao desenvolvimento regional. Além disso, visa aprimorar a gestão e a coordenação das políticas e dos recursos através de parcerias com outros órgãos governamentais, como secretarias estaduais, prefeituras, etc., promovendo o diálogo e a integração constante com esses atores.

Um outro mecanismo de fortalecimento da governança regional é a elaboração de estudos e planos de desenvolvimento regional, que ajuda a orientar os governos na elaboração de políticas públicas e direcionamento de investimento, além de contribuir com a tomada de decisão para criação de ações que levem ao desenvolvimento.

A Sudene também atua no apoio e fortalecimento de consórcios regionais, como instrumento de cooperação federativa, no fortalecimento dos órgãos e instrumentos de regulação econômica e ambiental dos estados, além de promover meio para a profissionalização de servidores públicos e difusão de práticas de excelência na gestão pública.

A atuação da Sudene é extremamente forte nesse ponto, porém, a falta de estrutura em Minas Gerais dificulta as lideranças, empresários e a comunidade de apropriar verdadeiramente da instituição.

O fato desse órgão ser concentrado em Recife (Pernambuco), bem como o Conselho Administrativo (quem decide os projetos) ser formado pela maioria de membros dos Estados do Nordeste, limita a relação da autarquia com as lideranças dos municípios mineiros e dificulta a vivência e o conhecimento sobre os problemas da região e as dificuldades enfrentadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explorar o tema do desenvolvimento regional a partir da Sudene, com o objetivo de responder de que forma a Sudene poderia impactar a recém incluída região do Vale do Rio Doce.

Ao longo do trabalho foram abordados diversos pontos relevantes que ajudaram a entender sobre a história da região estudada e também sobre o desenvolvimento regional, como: a história de desenvolvimento do Brasil, de Minas Gerais e em especial do Vale do Rio Doce; a estrutura e ferramentas de atuação da Sudene, suas principais iniciativas e programas; além disso, foram apontados alguns fatores que impactam no desenvolvimento de uma região e também foram feitas algumas sugestões, a gestores e estudiosos, com base em ações já realizadas pela Sudene em outras regiões.

Foram analisados também os desafios e potencialidades do Vale do Rio Doce, como a dependência econômica, a degradação ambiental, a falta de diversificação econômica, a necessidade de investimentos em infraestrutura, agricultura e turismo, dentre outros, como forma de oferecer informações importantes que considerem as particularidades da região diante de um projeto de desenvolvimento.

Esse estudo também teve como objetivo produzir elementos que poderiam contribuir com o desenvolvimento regional de uma região, que sofre com a degradação ambiental, a redução dos investimentos, com a falta de diversificação econômica, com a baixa qualidade de vida da população e outros problemas que impactam diretamente na vida dos mineiros do Vale do Rio Doce.

É certo, que a Sudene foi criada com uma importante missão, e é um importante instrumento de desenvolvimento regional, podendo contribuir para significativos avanços em diversos setores da economia, como a produção de alimentos, indústria, serviços, etc. Além de poder ajudar a melhorar os indicadores sociais e ambientais da região, como a redução da pobreza, o aumento da escolaridade, a melhoria das condições de saúde, a recuperação ambiental, ampliação da oferta de empregos.

O objetivo inicial da Superintendência era de ser um órgão planejador e orientador do desenvolvimento da região, que trabalhasse para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação, bem como, a integração competitiva da base produtiva regional, nas economias nacional e internacional.

De forma geral, é possível afirmar que a Sudene não obteve o sucesso desejado, devido a uma série de fatores, incluindo a falta de alinhamento entre os objetivos propostos e os resultados obtidos, o direcionamento tendencioso de ações e a fundação do desenvolvimento voltada principalmente para o capital privado, sendo que esse nem sempre esse está alinhado com o plano de desenvolvimento realizado.

Albuquerque (1971) destaca que existe uma discrepância entre o objetivo inicialmente planejado pela Sudene, com suas diretrizes e metas, e a prática. O plano possui caráter indicativo, não caráter normativo, fazendo com que não seja obrigatório o cumprimento do que foi indicado. Na prática, essa não obrigatoriedade de cumprimento, pode levar ao desenvolvimento desequilibrado de determinado setor ou localização, podendo algumas áreas ser mais beneficiadas que outras.

Albuquerque (1971) também aponta acerca da tendência natural das ações de planejamento no Brasil, que é de serem fracassadas, uma vez que a execução desse planejamento ocorre de forma técnica, mas a sua implementação se dá por escolhas políticas.

Observa-se, também, que na região do Vale do Rio Doce e em outras regiões mineira, é gigantesca a desinformação acerca da Sudene e da sua atuação, até mesmo os gestores municipais demonstram não conhecer a autarquia, para que serve e de que forma pode ajudar a região.

A ausência de uma estrutura física da autarquia, no estado mineiro, e a baixa relação da instituição com essa parte do território, principalmente os municípios mineiros e capixabas, contribui para essa desinformação e distanciamento com as lideranças e setores produtivos dessas localidades.

Além disso, existe uma clara concentração de ações da autarquia voltados para a região Nordeste, e também a concentração de técnicos e gestores dos órgãos são compostos na sua maioria também por Nordeste, bem como o comando da autarquia e o Conselho Deliberativo, que tendem a priorizar o seu território.

Estar em uma área onde existem melhores incentivos e benefícios fiscais é importante, principalmente para atrair novas empresas e permitir a melhoria das já existentes, porém, não é somente este fator que garante o seu desenvolvimento, são uma série de fatores conjugados que precisam ser combinados para que haja uma verdadeira transformação regional.

Essa pesquisa identificou que a Sudene pode contribuir com o desenvolvimento da região, com a atração de investimentos, indústrias e alavancagem de diversos setores, antes, porém, é necessário que seja criado um plano desenvolvimento regional estratégico de curto, médio e longo prazo, com definição de políticas bem claras e alinhadas.

É indispensável pensar na capacitação e qualificação das pessoas, de forma a ofertar conhecimentos especializados. O plano deve apontar aos governos municipais que realizem mais investimentos na educação básica, na saúde das pessoas e no saneamento, como forma de melhorar a qualidade de vida.

E para isso, é preciso garantir a participação ativa dos diversos atores sociais, como as comunidades, a academia, o setor empresarial, os governos municipais, estadual e federal, a classe política, que incluem os vereadores, deputados federais e estaduais, os senadores.

É necessário que sejam investidos em projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social da região, com responsabilidade e respeito ao meio ambiente e a população local. E que a Sudene atue com objetivo de trazer diversificação econômica para região, e assim contribuir para a ampliação da oferta de emprego e renda, e que possam dar oportunidade para que as pessoas fiquem na região.

Também é necessário que haja um monitoramento constante da Sudene ao implantar as ações, buscando confirmar se o resultado esperado está sendo verdadeiramente alcançado ou se é necessário fazer ajustes para garantir a sua efetivação, e garantir que a população possa participar da avaliação desses serviços e investimentos.

Outro ponto que merece destaque na atuação da autarquia é quanto à necessidade de descentralização da sua estrutura administrativa. O Estado de Minas Gerais é um estado enorme, com a maior quantidade de municípios em comparação a qualquer outro estado, e desses, quase 1/3 deles está na área de abrangência da Sudene, são 290 municípios dos 853 existentes.

Por isso, é razoável que haja uma estrutura para garantir a melhor participação dos mineiros na Sudene, de forma que possam procurar e apresentar as demandas do estado de forma mais facilitada. Muitos de nós sabemos que as lideranças municipais não têm recursos para estarem sempre na sede da Sudene em Recife, por isso é fundamental a implantação de uma unidade descentralizada da Sudene no Estado de Minas Gerais para atuar de forma mais efetiva e permanente nas demandas de Minas e Espírito Santo, e que facilite a interlocução do órgão com as comunidades.

Durante esta pesquisa, descobriu-se que a atuação da Sudene nas diversas regiões, embora tenha sido significativa em muitos aspectos, não foi capaz de superar as desigualdades e promover o desenvolvimento econômico e social mais equitativo em toda sua área de atuação, diversos municípios não apresentam nenhuma mudança expressiva ou ainda se encontram de igual forma desde que entraram na área de atuação da Sudene.

Quanto às limitações da pesquisa foram identificadas que um dos principais entraves para o estudo foram a falta de bibliografias que se debrucem a estudar o desenvolvimento do Vale do Rio Doce, bem como a falta de dados econômicos e sociais atualizados sobre a região. Alguns dados sociais e econômicos foram obtidos a partir do último IBGE disponível, 2010. Por isso, seria importante dar continuidade nessa pesquisa, realizando a atualização e complementação dos dados dessa pesquisa, após a divulgação do novo censo do IBGE.

No entanto, não há dúvida de que os resultados sociais, econômicos e ambientais, serão ainda piores que os observados no atual censo, não somente por conta da pandemia da Covid 19 – que atingiu o mundo inteiro –, mas principalmente pela política aplicada no Brasil durante os últimos 7 anos.

Nesse período houveram uma sucessão de ações que impactariam diretamente e negativamente na vida das pessoas e no desenvolvimento do país, como a aprovação da PEC 241/ PEC 55, em 2016, que impede o aumento dos investimentos em setores fundamentais, como educação e saúde, durante 20 anos.

Houveram, também, sucessivos ataques à Educação Básica e Superior, com bloqueios de verbas, redução de investimento na área da pesquisa e extensão, na qualificação e capacitação de professores. Além de escândalos de corrupção, negação da ciência e da eficácia das vacinas, a massiva divulgação de notícias e dados falsos, como uma forma de ocultar os problemas que assolam o país e de polarizar a população, além de desmontes de importantes programas e precarização de instituições governamentais importantes, ataque a instituições de pesquisa e a seguimentos específicos, como professores, jornalistas, povos tradicionais, a determinados gêneros e etnias, como indígenas, quilombolas, negros, mulheres, etc.

Somado a esse regressivo governo, foram realizados, pelo Congresso Nacional, penosas aprovações que também impactaram de forma negativa a vida das pessoas, principalmente dos trabalhadores, como a aprovação da Reforma Anti-Ttrabalhista, Lei 13.467/2017, que reduz a ação dos sindicatos, que dá mais poder aos acordos coletivos em detrimento da legislação, que possibilita o aumento da jornada de trabalho sem descanso, o fracionamento das férias do trabalhador.

Em 2019, foi aprovado a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 109/2019), que penaliza a população trabalhadora com o aumento da idade mínima para aposentadoria, aumenta o tempo que o trabalhador precisa contribuir e altera o sistema de cálculo das aposentadorias.

Outro retrocesso que impactou e continuará impactando na vida das pessoas é a privatização de setores importante e estratégicos no Brasil, como a venda da Eletrobrás, a

subsidiária integral da Petrobrás – Liquigás -, BR Distribuidora, Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), dentre outras.

Essa venda do Estado brasileiro impacta diretamente na sua autonomia, na capacidade de planejamento e de investimentos a longo prazo, considerando que os novos “donos” se movem unicamente por interesses financeiros e não em prol do que é melhor para o povo brasileiro.

Também foi observado nessa pesquisa que há falta de informações aprofundadas sobre cada município da região, sendo estes estudos mais concentrados nas cidades-polo, com maior expressão econômica e populacional.

Nesse sentido, aponta-se ser necessário a realização de estudos mais detalhados também nos pequenos municípios da região, tendo em vista que dos 853 municípios, 82% possuem uma população de até 25 mil habitantes, ou seja, 703 municípios.

Também é indicado, como alternativa, que sejam realizados estudos em todas as regiões de abrangência da Sudene, para que possa ser verificado de que forma a autarquia verdadeiramente impactou em cada região, e se as políticas públicas de desenvolvimento implantadas têm gerado ganhos para a população.

Como trabalhos futuros sugere-se que sejam realizadas análises comparativas entre as políticas de desenvolvimento regional da Sudene e outras autarquias federais. Esse tipo de estudo abre a possibilidade de aprimoramento da atuação em ambas as instituições estudadas, identificando possíveis lições a serem aprendidas e boas práticas que podem ser replicadas.

Dessa forma, o estudo também pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais efetivas para o desenvolvimento da região, bem como para a ampliação do debate sobre o papel da Sudene e outras autarquias federais no desenvolvimento regional do país.

Recomenda-se, também, que sejam feitas pesquisas sobre o potencial de desenvolvimento em cada setor econômico específico do Vale do Rio Doce, como o turismo, a agricultura e indústria. Esses estudos podem ajudar a identificar o potencial da região e as oportunidades de investimentos em cada setor.

Durante o processo de pesquisa e escrita, pôde perceber a complexidade do tema e a importância acerca do desenvolvimento regional e seus impactos na economia.

Uma das principais aprendizagens obtidas foi sobre a necessidade de se ter uma abordagem interdisciplinar na pesquisa sobre desenvolvimento regional. É necessário integrar conhecimentos de diversas áreas, como economia, geografia, sociologia, ciência políticas, entre outras, para entender a complexidade que envolve o desenvolvimento de uma região.

Além disso, pode-se perceber que é indispensável que gestores públicos e outros atores tenham acesso a estudos e análises qualificadas para orientar suas decisões e ações.

Por fim, destaca-se a importância do desenvolvimento regional para a redução das desigualdades sociais e econômicas do país.

A Sudene e outras autarquias federais tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento regional e na criação de condições que levam as regiões menos desenvolvidas a alcançar o patamar de desenvolvimento mais igualitário.

Espera-se que este trabalho possa contribuir de alguma forma para esse objetivo, e que novas pesquisas possam aprimorar nossas compreensões e práticas em relação ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce e do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo; SIQUEIRA, Sueli. **As marcas da migração internacional no Vale do Rio Doce pelos utensílios domésticos**. *Idéias*, Campinas, SP, v.11, 1-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8658610/22275>

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. Planejamento o caso da regional: Sudene. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ccG36zbpnG8LGccPFLTShKs/>

BARBOSA, Rosangela N. C. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: da “letra da lei” ao sentido do texto. *R. Pol. Públ.*, São Luís, v.16, n.1, p. 37-50, jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/569/2016/05/A_Politica_Nacional_de_Desenvovlimento_Regional.pdf

BOSS, Billy. **Número de brasileiros deportados dos EUA passa de 3 mil**. [Brasília]: Câmara dos deputados, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/numero-de-brasileiros-deportados-dos-eua-passa-de-3-mil>

BRANDÃO, Carlos (2003). Prefácio In: FURTADO, Celso (2013). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo, Penguin/ Companhia das Letras.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959** – Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Acesso em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-normaatuizada-pl.html>

BRASIL. **Constituição Federal de 1946**. Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

BRASIL. **Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948** – Cria a Comissão do Vale do São Francisco. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10541.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Governo de Minas Gerais. **Mapa de demanda por educação profissional**. 2020. Disponível em: http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos_mapa/minas_gerais/mg_relatorio_final.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>

BRASIL. **Decreto nº 9810 de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sudene. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste**. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/prdne-v-06-12-2019-v2-pdf>

BITTENCOURT, G. M., & Lopes, L. S. (2019). **A caracterização do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da mesorregião mineira do Vale do Rio Doce**. Revista De Desenvolvimento E Políticas Públicas, 3(1), 3–16. Disponível em: <https://doi.org/10.31061/redepp.v3n1.3-16>

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Instituto de Economia – UNICAMP, 2ª edição, 1998. Acesso em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Desequilibrio-regionais-e-concentracao-industrial-no-Brasil.pdf>

CASTRO, Marcelo. **Notícia: Senado aprova projeto que inclui municípios de MG e ES na Sudene**. Agência Senado, 2021. Acesso disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/senado-aprova-projeto-que-inclui-municipios-de-mg-e-es-na-sudene>

CBHDOCE. **A Bacia**. 2016. Disponível em: <https://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>. Acesso em: XX mês 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério L. Lima; KIST, Rosane B. Brochier. **Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional: notas para debate**. Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional, v. 15 n. 7 (2019): Edição Especial. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>

CUPOLILLO, Fúlvio. **Diagnóstico hidroclimatológico da Bacia do Rio Doce**. Instituto de Geociências da UFMG, 156 p, 2008, Belo Horizonte. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12Dfos2sPOBD8s-o0XWqFad2xmZ6blILw/view>

CUNHA, João Paulo. **O Brasil não esquecerá – 45 escândalos que marcaram o Governo FHC**. Fundação Perseu Abramo, 2006. Acesso disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/o-brasil-nao-esquecera-45-escandalos-que-marcaram-o-governo-fhc/>

DEBATE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. V. 15, N. 7, Edição Especial, P. 3-15, dez/2019. Taubaté, SP, Brasil. Acesso em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255/870>

DECRETO nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956. **Cria Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste**. Acesso em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40554-14-dezembro-1956-342510-publicacaooriginal-1-pe.html>

ELISA, Débora. **Valadares recebe o Campeonato Brasileiro de Parapente**. Jornal Online O Tempo, 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/sports/especializados/valadares-recebe-o-campeonato-brasileiro-de-parapente-1.2843801>

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental**. Journal of Social, Technological and Environmental Science. V.4, n.1, jan.-

jul. 2015, p. 160 -206. Disponível em:

<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1287/1183>

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Artigo Vale do Rio Doce**: incluir para desenvolver (Parte IV). <https://drd.com.br/vale-do-rio-doce-incluir-para-desenvolver-parte-iv/>

ESPINDOLA, Haruf Salmen; PEREIRA, Camila Amaral; MARTINS, Diego. **Formação Econômica do Vale do Rio Doce**: uma análise histórica (1940-1970). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Revista IdeAS, 2019, Rio de Janeiro. Acesso em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/237/290>

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Vale do Rio Doce**: incluir para desenvolver (Parte IV). *Jornal do Rio Doce*, 2021. Acesso em: <https://drd.com.br/vale-do-rio-doce-incluir-para-desenvolver-parte-iv/>

FALEIRO, Josiane Rafaella. **VALE DO RIO DOCE**: potencialidades de desenvolvimento e carências apresentadas pelos municípios da região através de uma aplicação de Análise Fatorial. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Estatística do Programa de Pós-Graduação em Estatística. Belo Horizonte, 70 p, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AZVHXS/1/josiane_rafaella_faleiro_especializa__o_em_estat_stica_aplicada___turma_2015___apresenta__o_2017.pdf

FIEMG. **Painel da Indústria Mineira**. 2023. Disponível em:

https://www7.fiemg.com.br/Cms_Data/Contents/central/Media/FIEMG/economia/PAINEL/2023/FEVEREIRO/fev_23-Painel-Industria-Mineira.pdf

FILHO, Leonides A. da Silva. **SUDENE**: 50 anos. Uma abordagem política, institucional e administrativa. Disponível em:

http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo – Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares**. 2021. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Inf_CIT_09_2021.pdf

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo FJP: Contas Regionais – PIB dos Municípios**. Volume 4, nº 4, junho de 2022. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/23.06_Inf_CCR_PIBMunic_04_2022.pdf

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FURTADO, Celso (1977). **A nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. **O mito do Desenvolvimento Econômico**. Editora Círculo do Livro S.A, Edição integral, 1977, São Paulo.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435210/mod_resource/content/3/FURTADO%20Celso%20-%20O%20Mito%20do%20Desenvolvimento%20Econ%20-%20Edi%20-%20C3%A7%20-%20C3%A3o%20C3%ADrculo%20do%20Livro.pdf

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Geografia de Minas Gerais**. 2014. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Lista de municípios por região do estado**. 2010. https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listameso-micro.pdf

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Catálogo do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2016-2027**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/transicao-governamental/Cat%20-%20PMDI%20Volume%203.pdf>

GOVERNO FEDERAL. Ministério de Relações Exteriores. **Comunidade Brasileira no exterior: estimativas referentes ao ano de 2020**. Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania. Departamento Consular. 2021. Acesso em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>

GOVERNO FEDERAL. **Área de atuação da CODEVASF**. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/unidade-administrativa/area-de-atuacao-da-codevasf-sede>

GOVERNO FEDERAL. **Lei Complementar nº 185, de 6 de outubro de 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp185.htm

GOVERNO FEDERAL. **Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2019** - fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento de imposto. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57877793/do1-2019-01-04-lei-n-13-799-de-3-de-janeiro-de-2019-57877475

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminho e Fronteiras**. Editora: Companhia das Letras, 3ª edição, São Paulo, 1994. Acesso em: <https://pt.scribd.com/document/386043978/Caminhos-e-Fronteiras-Sergio-Buarque-de-Holanda-pdf>

IBGE. **Dados estatísticos com as principais atividades econômicas do estado de Minas por região**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/pibmunic/#/mapa/>

IBGE. **Parorama da Região de Governador Valadares**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>

IBGE. **Portaria PR-73**, de 21 de fevereiro de 2022. Acesso link: [https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/portaria-pr-73-de-21-de-fevereiro-de-2022#:~:text=98\)%2C%20Portaria%20PR%2D73,02%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022.](https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/portaria-pr-73-de-21-de-fevereiro-de-2022#:~:text=98)%2C%20Portaria%20PR%2D73,02%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022.)

IBGE (2010) – **Distribuição percentual da população 1872 a 2010**. <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=5&uf=00>

IGLESIAS, Enrique V. O papel do Estado e os paradigmas econômicos da América Latina. Revista Cepal, Santiago do Chile, 2006. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/11390/NEP045053.pdf>

JEREISSATI, Tasso. **Notícia: Senado aprova projeto que inclui municípios de MG e ES na Sudene**. Agência Senado, 2021. Acesso disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/senado-aprova-projeto-que-inclui-municipios-de-mg-e-es-na-sudene>

JUNIOR, Manuel Diégues. Os órgãos de Desenvolvimento Regional e o processo de integração. Rio de Janeiro, 1973.

LIMA, Antônio E.M. **A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado**. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/10848-35645-1-PB.pdf>

LIMA, Antônio Ernani Martins. **Análise Econômica**. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 24, nº 45, p. 65-90, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10848/6440>

LIMA, Neilane Ramos Rocha de. **Os Fundamentos teóricos para a criação da SUDENE: uma análise do pensamento de Celso Furtado e seu conceito de História**. Intellèctus Ano XIX, n. 2, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/50493-196366-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/50493-196366-1-PB%20(2).pdf)

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. **Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE)**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 35, jul./dez. 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/198-Texto%20do%20Artigo-576-1-10-20110223%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/198-Texto%20do%20Artigo-576-1-10-20110223%20(1).pdf)

OLIVEIRA, Nilton Marques. **Revisitando algumas Teorias do Desenvolvimento Regional**. Informe GEPEC, ISSN: 1679-415X, TOLEDO, v. 25, n. 1, p. 203-219, jan/jun. 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/jandir,+Gerente+da+revista,+artigo+11\(n12021\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/jandir,+Gerente+da+revista,+artigo+11(n12021)%20(1).pdf)

OLIVEIRA, Nilton Marques. **Algumas considerações sobre o Desenvolvimento Regional**. IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/18865-1192616851-1-PB%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/18865-1192616851-1-PB%20(7).pdf)

OLIVEIRA, Nádia Fátima de. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: KnowHow,

2010.

PEREIRA, Camila Amaral; ESPINDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. **Formação econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940-1970)**. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-24, e019005, jan./ dez. 2019. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/237/283>

PEREIRA, Camila Amaral; ESPÍNDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. **Formação Econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940 – 1970)**. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, volume 13, 1-24, e019005, jan/ dez. 2019 • ISSN 1984-9834. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/237/290>

PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento do Nordeste 2019-2023.
<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/prdne-v-06-12-2019-v2-pdf>

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** – Colônia. Editora Brasiliense, 6ª edição. 1961. Disponível em: <https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/formac3a7c3a3o-do-brasil-contempor3a2neo-caio-prado-junior.pdf>

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo, 2012.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PALES, Raíssa Cota. **Estratégias de Desenvolvimento em Minas Gerais: uma análise comparada das macrorregiões de planejamento**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, pp.163-185, jan.-jun. 2014
Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/viewFile/129/132>

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2017**. Acesso em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7306873&ts=1640120917013&disposition=inline>

TAVARES, Hermes Magalhães. **Desenvolvimento e Dinâmica Regional em Celso Furtano**. R. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, 2012. Acesso: <https://core.ac.uk/download/pdf/233145269.pdf>

VIANA, Carlos. **Notícia: Senado aprova projeto que inclui municípios de MG e ES na Sudene**. Agência Senado, 2021. Acesso disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/senado-aprova-projeto-que-inclui-municipios-de-mg-e-es-na-sudene>